

revista

OVELHA

TRIMESTRAL

No 68 setembro 2018 | Ano XXXI | Preço ~~2,50~~ Euros | ISSN 0805356

Mitigação e reversão das alterações climáticas junta especialistas nacionais e internacionais na 36ª Ovibeja e no recém-criado CCDesert. Um debate cada vez mais na ordem do dia e que precisa de soluções urgentes.

O I Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva, organizado em conjunto pela ACOS, União dos Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS) do Alentejo, cooperativas agroalimentares da Andaluzia e Federação dos Agrupamentos de Defesa Sanitária Animal espanhola, decorre em Sevilha a 8 e 9 de Novembro.

Serviço comercial de ovinos
UM ANO DEPOIS ACOS FAZ BALANÇO POSITIVO

I CONGRESSO LUSO-ESPANHOL DE PECUÁRIA EXTENSIVA

SEVILHA, 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018



PROGRAMA

DIA 8 NOV.

9:00 Entrega de creditações

9:30 Inauguração

Juan Espadas Cejas

prefeito de Sevilha

Gonzalo Gortázar Rotaache

CEO da Caixabank Espanha

Juan Rafael Leal Rubio

presidente das Cooperativas

Agro-alimentares de Andaluzia

Luís Capoulas Santos

Ministro da Agricultura, Florestas e

Desenvolvimento Rural (Portugal)

Luis Planas Puchades, Ministro da

Agricultura, Pesca e Alimentação

(Espanha)

10:30 Apresentação do Congresso

Apresentador

Ezequiel Martínez Jiménez

Journalista

10:45 Análise SWOT de Pecuária

extensiva.

Apresentador e moderador

Manuel Sánchez Rodríguez

Vice-presidente da Fedehesa

Orador:

Vicente Rodríguez-Estévez

Universidade de Córdoba

PAINEL DA PRODUÇÃO

MESA 1:

Apresentador e moderador

Clemente Mata Moreno

Professor Universitário (catedrático)

de Produção Animal – Universidade

de Córdoba

11:30 Atualidade e tendências da

pecuária em modo de produção

biológico

Oradores:

Álvaro Barrera

Ecovalia

Alfredo Cunha

Herdade Freixo do Meio - Portugal

12:10 Pecuária extensiva e gases

de efeito estufa

Orador:

Gerardo Moreno

Universidade da Extremadura

MESA 2:

Apresentador e Moderador:

Miguel Madeira

ACOS – Associação de Agricultores

do Sul - Portugal

12:30 Gestão e melhoria de

pastagens

Oradores:

Sonia Roig

Escola Superior de Silvicultura de

Madrid

José Mira Potes

Instituto Politécnico de Santarém

- Portugal

13:10 Integração de raças autóct-

ones no ecossistema

Oradores:

Claudino Matos

ACOS - Associação dos Agricultores

do Sul - Portugal

Arnaldo Cabello Navarro

Vice-diretor geral de meios de

produção animal (MAPAMA)

13:50 Situação e perspectivas do

touro bravo

Apresentador e moderador:

Juan Antonio Ruiz Román

(Espartaco), toureiro e criador de

gado

Orador:

Victorino Martín

Ganadaria Victorino Martín

14:30 Almoço degustação produtos

do Montado/Dehesa

PAINEL DE MERCADOS

16:30 Mercado Global

Orador:

Fernando María Vicente

Amores

Universidade de Salamanca

16:50 MESA 1: Produção, transfor-

mação e distribuição de produtos

do Montado/Dehesa

Apresentador e moderador:

José Puntas Tejero

Presidente do setor ovino-caprino

das Cooperativas Agro-alimentares

da Andaluzia

Intervenientes:

Pedro Morgado Bernáldez

BOVIES

Raúl Sanz Pereda

OVP

DCOOP

Juan Carlos Pozo Crespo

OVISPAIN

17:50 MESA 2: O montado/dehesa

e o porco ibérico, presente e futuro

Apresentador e moderador: Agustín

González, presidente da OVIPOR

Oradores:

Antonio J. Torralbo Buenestado

D.O. PEDROCOS

ASICI

Ministério da Agricultura, Pesca e

Alimentação

Sanchez Romero- Carvajal

18:50 Apresentação de comunica-

ções científicas

20:00 Fim do primeiro dia

09:40 Plano de redução de antibióti-

cos na pecuária em extensivo

Orador:

Cristina Muñoz

Agência Espanhola do Medica-

mento

10:00 Modelos de gestão da

Sanidade Animal na UE

Orador:

Alain Cantaloube

Secretário da FESASS (Federação

Europeia de AD SG)

MESA 2: Sanidade Vegetal

Apresentador e Moderador: Fran-

cisco Casero Rodríguez, presidente

da Fundação Savia

10:20 Patologias do montado/de-

hesa. Unificação de critérios

Oradores:

Dehesa: Esperanza Sánchez

Universidade de Córdoba (UCO)

Montado: Pedro Silveira

ANSUB – Associação de Produtores

Florestais do Vale do Sado -

Portugal

PAINEL FUTURO E POLÍTICAS

Mesa 1: FUTURO

Apresentador e Moderador: Fran-

cisco Murteira, Diretor Regional de

Agricultura do Alentejo

11:00 Plano de Pecuária em Exten-

sivo da Andaluzia 2017-2027

Orador:

Rafael Bazán Sánchez

Conselho de Agricultura, Pesca e

Desenvolvimento Rural

11:20 Pecuária, biodiversidade e

bem-estar animal

Orador:

Mario Díaz

CSIC

11:40 Impacto da legislação euro-

peia no modo de produção pecuária

em extensivo

Orador:

María del Carmen García

Diretora da OCA de Baza da Junta

de Andaluzia

Mesa 2: POLÍTICAS

Apresentador e moderador:

Gabriel Trenzado Falcón

Cooperativas Agroalimentares de

Espanha

12:00 Desafios da pecuária em

extensivo na nova PAC

Moderador:

Pierre Bascou

Responsável pelos pagamentos

directos e de greening na DG Agri

13:00 Mesa redonda. Colóquio

Apresentador e moderador

Rodrigo Sánchez Haro

Conselheiro de Agricultura, Pesca

e Desenvolvimento Rural da Junta

da Andaluzia

Intervenientes:

Sofia Ribeiro

Eurodeputada portuguesa ao Parla-

mento Europeu - Grupo do Partido

Popular Europeu

Clara Aguilera

Vice-Presidente da Comissão de

Agricultura e de DR do Parlamento

Europeu

14:00 Debate

14:30 Encerramento e entrega de

prémios

José Luis García-Palacios

Álvarez

Presidente Caja Rural del Sur

Ricardo Delgado Vizcaino

Presidente da COVAP

Agustín González Sánchez

Presidente da FADSG

Rodrigo Sánchez Haro

Conselheiro de Agricultura, Pesca

e Desenvolvimento Rural da Junta

de Andaluzia

Susana Díaz Pacheco

Presidente da Junta de Andaluzia

15:00 Almoço com degustação de

produtos do montado/dehesa



Revalorizar o capital natural à luz da partilha de informação e de conhecimento

O agricultor é um agente com a dupla responsabilidade de produzir alimentos que cheguem à mesa de todos nós e a de preservar o meio ambiente em que atua. E tem de ser competitivo para que as mais valias da sua atividade possam ombrear em pé de igualdade num mercado globalizado. Este é um desafio que importa equacionar de forma séria e partilhada, em toda a fileira, desde a produção até ao consumidor.

Nesta edição da revista Ovelha são abordados alguns grandes desafios de partilha de informação e de saber, de cooperação entre entidades nacionais e internacionais, de investigação aplicada, de inovação aliada à valorização da biodiversidade enquanto bem público, da competitividade indissociável da sustentabilidade ambiental.

As matérias em destaque são o I Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva, com abordagens multidisciplinares, de escala ibérica, sobre a importância do montado/dehesa e da pecuária extensiva contra a desertificação e despovoamento, como meio de prevenção de incêndios e conservação do solo. O combate às alterações climáticas, o tema principal da 36ª Ovibeja, é outro dos assuntos em foco, que vai juntar, em abril próximo, especialistas nacionais e internacionais em torno desta discussão.

Nesta edição, além de muitos outros temas, a cooperação e partilha são ainda salientadas por via da investigação e da transferência de conhecimento. Em discurso direto são abordados os trabalhos, de relevância nacional e internacional, do Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo (CEBAL) e do Centro Experimental de Erosão dos Solos de Vale Formoso (Mértola).

Sobre as grandes questões da atualidade, como sejam as alterações climáticas, a desertificação, o despovoamento do espaço rural, é de vital importância usar o conhecimento e a capacidade de inovação para fomentar um crescimento inteligente e sustentável da atividade agrícola e agropecuária. Do mesmo modo é fundamental os decisores políticos terem consciência da importância do papel dos agricultores enquanto fornecedores de bens públicos, designadamente quando falamos do seu papel de agentes valorizadores e guardiões da biodiversidade.

Claudino Matos *Director Geral da ACOS*

Estatuto Editorial A Revista OVELHA é uma publicação mantida pela ACOS – Agricultores do Sul, desde o primeiro momento da constituição desta associação. Publicada há mais de 30 anos, a Revista Ovelha cobre uma variedade de tópicos relacionados com a agricultura, a pecuária, as agroindústrias, o associativismo, as políticas agrícolas e o desenvolvimento rural incluindo ainda temáticas culturais e ligadas à sociedade civil. Inicialmente concebida como principal meio de informação para com os seus associados, a Revista OVELHA desde logo se diferenciou das demais, pelo nível técnico e científico dos conteúdos publicados, pelo seu posicionamento editorial e até pela sua identidade gráfica. Progressivamente, e refletindo o crescimento desta associação, a Revista OVELHA, continuando a dirigir a informação aos seus associados, passou também a ser a publicação oficial da OVIJEJA, dando cobertura à programação do certame. A revista ampliou o âmbito editorial e, além da agricultura, passou a incluir temáticas ligadas à cultura e à sociedade civil. Distribuída pelos expositores e milhares de visitantes do certame, a revista viu aumentar a sua divulgação e notoriedade. A Revista OVELHA desde sempre contou com a colaboração permanente dos mais prestigiados investigadores e técnicos, divulgando as novidades e tendências do setor agrícola, através de artigos técnicos e científicos e colunas de opinião das mais diversas personalidades e instituições de diferentes quadrantes: político, empresarial, cultural e institucional. O seu posicionamento editorial pauta-se por uma postura atenta aos desafios e oportunidades da agricultura regional, nacional e internacional. Acompanha os grandes desenvolvimentos do setor e das políticas agrícolas, sempre com uma visão independente e crítica com o intuito de informar, lançar o debate, defender e reivindicar os interesses dos seus associados, parceiros e dos agricultores em geral.

Cofinanciado por



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020





Cebal

Investigadores portugueses identificam genoma do sobreiro

24/25

Marcos Ramos

Uma importante ferramenta para o avanço do conhecimento da genética do sobreiro

26

Concurso Internacional de Azeite Virgem Extra

27

Perfil

José Maltez

28

Alterações climáticas

30

Entrevista

Maria José Roxo

32/33

Cooperativa Agrícola de Mértola

A Ovinicultura no concelho de Mértola e as heranças do Projeto Agro-Pecuário

34/39

ACOS faz balanço de um ano do Serviço Comercial de Ovinos

Organização da produção e criação de escala e de valor

4/5

Normas de funcionamento interno da secção comercial de ovinos

6 a 8

União Europeia

A PAC após 2020

10/11

Serviços da ACOS

12/13

I Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva

Partilhar informação e ganhar escala para defender potencialidades do setor

16

Entrevistas

Rui Garrido

Criar um patamar de cooperação à escala ibérica

Agustín González

Este Congresso está a gerar muita expectativa

João Palmeiro

Oportunidade de intercâmbio e diálogo

17 a 20

ACOS, ANPOC e IPBeja organizaram simpósio sobre Cereais

“O caminho certo para as nossas culturas é andarmos de mãos dadas com a investigação”

22/23

ACOS faz balanço de um ano do Serviço Comercial de Ovinos

Organização da produção e criação de escala e de valor



A ACOS – Associação de Agricultores do Sul apresentou, recentemente, aos seus associados um balanço de um ano de funcionamento do Serviço Comercial de Ovinos com vendas para exportação.

O Serviço, ainda em fase experimental para aperfeiçoamento de procedimentos, contou com a participação de 25 sócios da ACOS (produtores de ovinos aderentes) e contabilizou, durante o primeiro ano de funcionamento, a comercialização de mais de nove mil animais.

Os sócios presentes na reunião de balanço e de reformulação de alguns procedimentos manifestaram, de um modo geral, agrado pelo serviço, com destaque para ganhos mais vantajosos e boa organização, indicando apenas algumas questões de pormenor relacionadas sobretudo com pequenas penalizações referentes a desvios às normas adoptadas em toda a cadeia.

O escoamento dos ovinos para Espanha assenta numa parceria com a OVIPOR, cooperativa com largos anos de experiência nesta matéria, e o preço de referência pago pelos animais (borregos e adultos) é o da Bolsa da Extremadura, consideravelmente acima do preço corrente em Portugal.

Presente na reunião, o responsável da OVIPOR, Agustín González, fez uma apresentação sobre a evolução do setor ovino em Espanha e dos desafios enfrentados. Regularidade no fornecimento de matéria-prima, dimensão, homogeneidade e ainda aposta em inovação, investigação e desenvolvimento para adaptação a novas exigências e otimização de custos são alguns dos desafios tornados realidade.

O Serviço de Comercialização de Ovinos funciona com base em normas muito específicas, criadas para o efeito, com o objetivo de salvaguardar os interesses dos produtores, de garantir a qualidade da produção e de normalizar procedimentos relativamente aos requisitos do mercado.

A 2ª fase deste Serviço de Comercialização, a decorrer até Dezembro de 2019, abre portas a novos associados da ACOS que tenham interesse em aderir.

Do lado português há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita à organização e normalização da produção, à concentração da oferta e, num outro patamar, à criação de centros de tipificação e engorda que permitam o aproveitamento de diversas mais-valias tanto relacionadas com a transformação, como com a origem dos animais. É esse caminho que a ACOS está a procurar fazer através da criação de parcerias e protocolos de colaboração com entidades portuguesas e espanholas.

Melhores condições à produção

Este serviço, criado em 2017, teve como objetivo proporcionar melhores condições à produção, nomeadamente, no que diz respeito a preços, à regularidade de escoamento, à garantia de recebimento e à capacidade de intervenção na fileira dos ovinos. Em causa está uma maior intervenção da produção no escoamento dos seus produtos.

De acordo com palavras de Miguel Madeira, médico veterinário responsável na ACOS pelo setor pecuário, e também Vice-Presidente desta Associação, o arranque deste serviço de comercialização de ovinos, há um ano atrás, por parceria com a cooperativa espanhola OVIPOR, relaciona-se com a perceção de que “o produtor, no que respeita à comercialização dos seus ovinos, tem, até agora, estado numa posição muito vulnerável por se encontrar isolado e sem grande informação do mercado no momento da negociação”.

Perante esta constatação, que não é recente, “é nossa obrigação estatutária tentar organizar a produção, inclusive na parte comercial. Não podemos deixar os nossos associados vulneráveis, à mercê dos interesses dos operadores privados que estão no mercado. Os seus interesses são legítimos mas são, regra geral, contrários aos dos produtores. Com este nosso serviço queremos encurtar o circuito de intermediação comercial, permitindo assim que estas mais-valias passem para a produção”.

Miguel Madeira explica que o processo foi iniciado com um grupo de 25 associados, os que manifestaram interesse em aderir a este serviço no período aberto para inscrições, numa fase experimental, que durou um ano, para aperfeiçoamento de toda a operação, numa perspectiva de melhoria constante.

“Tendo em conta a longa experiência dos espanhóis nesta matéria, há uma boa parte do caminho já trilhada. O que estamos a fazer é adaptar este serviço à nossa realidade e aos interesses dos nossos associados. Além dos serviços comerciais propriamente ditos, esta parceria abrange também colaboração na área zootécnica e de saúde animal”, concluiu.



O Serviço de Comercialização de Ovinos funciona com base em normas muito específicas, criadas para o efeito, com o objetivo de salvaguardar os interesses dos produtores, de garantir a qualidade da produção e de normalizar procedimentos relativamente aos requisitos do mercado.



Normas de funcionamento interno da secção comercial de ovinos



setembro 2018 a dezembro 2019

“As normas são para cumprir, se não, mudam-se”

1 • OBJECTO

O presente documento define as normas de funcionamento interno da secção comercial de ovinos da ACOS - Associação de Agricultores do Sul (adiante abreviadamente designada por “ACOS”).

2 • CONDIÇÕES DE ADESÃO

2.1 • A presente secção é reservada a Associados da ACOS que sejam proprietários de ovelhas e de uma exploração ovina.

2.2 • A adesão à presente secção depende da aceitação incondicional e expressa das normas de funcionamento em vigor no momento da inscrição.

2.3 • A ACOS reserva o direito de unilateralmente recusar o registo de qualquer pessoa que, de acordo com o seu exclusivo entendimento, entenda não reunir as condições exigidas pelas presentes normas de funcionamento.

3 • OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS

São obrigações dos membros da secção comercial:

3.1 • Cumprir escrupulosamente com o disposto nas normas de funcionamento;

3.2 • Pagar atempadamente a quota anual;

3.3 • Comunicar atempadamente à ACOS qualquer circunstância que possa afectar o

cumprimento do disposto nas presentes normas de funcionamento ou na legislação ou regulamentação aplicável.

4 • DURAÇÃO

A adesão à secção comercial implica uma fidelização do membro da secção comercial à mesma entre 1 de Setembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2019.

5 • QUOTIZAÇÃO ANUAL

5.1 • A presente secção comercial tem associada uma quota anual de € 4,29 (quatro euros e vinte e nove centimos) por ovelha, a qual deverá ser liquidada em três prestações de € 1,43 (um euro e quarenta e três centimos) com datas de vencimento em 1 de Abril, 1 de Agosto e 1 de Dezembro de cada ano.

5.2 • A referida quota é cobrada ao membro da secção comercial pela prestação dos serviços facultados pela ACOS no âmbito da comercialização dos seus borregos.

5.3 • A quota prevista em 5.1. poderá ser actualizada anualmente.

5.4 • As ovelhas contabilizadas serão as que constam na Declaração de Existências efectuada pelo produtor em Janeiro de cada ano.

6 • CESSAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE ACTIVIDADE

6.1 • Em caso de transmissão da exploração a

familiares ou terceiros, o membro da secção comercial poderá transmitir os seus direitos dentro da secção desde que os novos titulares sejam Associados da ACOS e acatem as presentes normas.

6.2 • Em caso de morte do membro da secção comercial ou cessação da exploração, sem que haja transmissão para terceiros, a adesão à presente secção comercial caduca.

7 • COMERCIALIZAÇÃO DOS BORREGOS

7.1 • O membro da secção comercial compromete-se a comercializar toda a sua produção através da ACOS, incluindo os ovinos de refúgio para abate, com excepção do gado que deixe para reposição ou venda para reprodução. Neste último caso, deverá comunicá-lo por escrito e facultar cópia da guia de saída destes animais.

7.2 • O membro da secção comercial compromete-se a informar a ACOS do número de borregos que tem para entregar de segunda a quarta-feira.

7.3 • A ACOS comunicará telefonicamente, ou por outro meio de comunicação expedito acordado entre as partes, a data, lugar e hora aproximada da recolha, que normalmente será na semana seguinte à da oferta.

7.4 • Os custos de transporte dos borregos da exploração de origem até ao Centro de Tipificação ou Matadouro indicados pela

ACOS são por conta do produtor.

7.5 • Os borregos que procedam de explorações com Estatuto Sanitário não Oficialmente Indemne (B2.1, B2, B3, B3S, B4S) poderão sofrer atrasos na sua recolha, não garantindo a ACOS a comercialização destes animais.

7.6 • Para poder implementar um bom protocolo de higienização do Centro de Tipificação será necessário periodicamente definir semanas em que não se procede à recolha dos borregos oferecidos pelos produtores, tendo sempre em consideração as necessidades do mercado e a oferta dos sócios.

8 • MARCAÇÃO DOS ANIMAIS

8.1 • No momento do carregamento os animais deverão estar separados e identificados com os meios de identificação legalmente exigidos para a movimentação.

8.2 • Para além dos brincos, os animais poderão ser marcados com tintas autorizadas que diferenciem umas partidas das outras.

8.3 • Os animais que não sejam identificados de acordo com este sistema serão penalizados em € 2,00 (dois euros) por animal.

9 • DOCUMENTAÇÃO

9.1 • O membro da secção comercial autoriza, desde já, o acesso, pela ACOS, aos seus dados do SNIRA para consulta da composição do efectivo ovino e dos movimentos efectuados.

9.2 • O membro da secção comercial, no momento da carga, deverá facultar a documentação administrativa e sanitária que seja necessária em cada momento.

9.3 • Os animais deverão estar perfeitamente sãos e os membros da secção comercial deverão avisar de qualquer suspeita de anomalia para que sejam tomadas as medidas necessárias em cada caso. Caso entrem no Centro borregos que necessitem de tratamentos adicionais aos que são aí praticados por rotina (por exemplo afectados por Ronha), o seu custo será descontado aquando do pagamento.

10 • RAÇÃO

Os borregos deverão estar desmamados e habituados ao tipo de ração comercializada e recomendada pela ACOS há, pelo menos, dez dias antes da sua entrega.

11 • BAIXAS

O período de tempo durante o qual as baixas ocorridas no Centro de Tipificação serão

por conta do produtor é estabelecido da seguinte forma:

a) até ao 2º domingo posterior à entrada no Centro para partidas de borregos que tenham cumprido previamente o protocolo vacinal com a vacina indicada pela ACOS;

b) até ao domingo da 4ª semana após a entrada no Centro para partidas de borregos que não tenham cumprido previamente o supramencionado protocolo vacinal;

c) períodos superiores aos acima indicados sempre que a causa da morte seja atribuída ao estado de entrega dos animais.

A ACOS comunicará aos produtores as baixas que vão ocorrendo.

As baixas por conta do produtor serão facturadas mensalmente e descontam-se no pagamento seguinte.

As mortes por acidente de transporte (quando o transporte é da responsabilidade da ACOS), traumatismo ou asfixia, quando os animais já se encontram no Centro de Tipificação, não serão assacáveis ao produtor.

12 • PESOS E CLASSIFICAÇÕES

12.1 • O peso recomendado à entrada no Centro de Tipificação é de:

- 20 a 27 kg no caso dos machos;
- 20 a 25 kg no caso das fêmeas.

O peso de referência para a partida de borregos (machos e fêmeas) é de 23 kg.

Os borregos serão pesados e classificados 24 a 48 horas após a recolha, por Técnicos da Ovipor.

12.2 • Cálculo do peso médio da partida de borregos:

Calcula-se depois o peso médio da partida e:

Partidas com peso médio superior a 23 kg: paga-se somente até 25kg, acrescentando ao preço de referência 1 € (um euro) por cada kg acima dos 23 kg até aos 25 kg, inclusive.

Partidas com pesos médios superiores a 25 kg serão pagas como tendo 25 kg.

Partidas com peso médio inferior a 23 kg: desconta-se 1,8 € (um euro e oitenta cêntimos) por cada kg abaixo dos 23 kg de referência.

Exemplo: Preço da partida 82,00 € (oitenta e dois euros); Partida de 20 borregos com peso

médio de 22 kg; Serão pagos 82 € - 1,8 € = 80,2 €/borrego

12.3 • Borregos com excesso de peso:

Os borregos, machos e fêmeas, que, individualmente, ultrapassem os pesos máximos indicados no ponto 12.1 não serão penalizados.

• 12.4 Borregos pequenos:

Não se aceitam borregos com peso inferior a 20 kg e, em caso algum, se aceitarão borregos que não saibam comer ração, não sendo pagos os borregos que sejam detectados nesta situação.

Nota: Estas novas regras relativas ao peso das partidas têm como objectivos:

a) permitir a entrada de melhores borregos no Centro de Tipificação, já sabendo comer ração e beber água;

b) permitir ao produtor enviar partidas mais numerosas (deixa de haver penalizações por excesso de peso);

c) reduzir o tempo de permanência dos borregos no Centro, diminuindo-se assim o risco de doença ou de acidente.

12.5 • Borregos com qualidade deficiente:

Serão desvalorizados nas seguintes percentagens:

- Magros: 25% do seu valor, independentemente do peso que apresentem;

- Doentes: penalizados em 100% do seu valor;

- As partidas consideradas defeituosas no seu conjunto no momento da classificação serão penalizadas em 10 %;

- Serão penalizados os borregos que apresentem “setas” na lã ou peles defeituosas no valor imposto pelo EA GROUP;

- Os produtores que reiteradamente entreguem borregos de má qualidade e não acatem as recomendações dos técnicos da ACOS cessarão a sua actividade na secção comercial de ovinos.

12.6 • Borregos de Erva:

- Estes borregos são comercializados em Fevereiro, Março e Abril e deverão ter pelo menos 25 kg de P.V., não havendo limite superior de peso.

Os borregos saem da exploração directamente para o Matadouro.

Ao peso vivo dos borregos é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

O preço de referência é o da Bolsa da Extremadura para os 23 kg, retirando-se dele um valor por borrego (em 2016, € 5 a € 6 por borrego) e acrescentando outro valor por kg de P.V. acima dos 25 kg de P.V. (em 2016, 1 €/kg P.V.). Estes valores são definidos e comunicados para cada caso.

12.7 • Cordeiros (“Lechales”):

Estes borregos são comercializados principalmente na 2ª e 3ª semanas de Dezembro.

O intervalo de pesos admitidos situa-se entre os 11 e os 15 kg de P.V..

Ao peso vivo dos borregos é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

Estes borregos devem estar a mamar no momento do levantamento.

O preço será o do mercado na altura da comercialização e é indicado para os 12 kg de P.V.. Por cada kg acima ou abaixo deste peso soma-se ou diminui-se, respectivamente, € 1,00 (um euros).

12.8 • Ovinos de Refugo:

A comercialização deste tipo de animais faz-se ao longo de todo o ano e o preço a praticar é o que vigorar no mercado na semana do carregamento.

Este preço é indicado em Euros por kg de P.V..

(Exemplo dos preços praticados em 2016 e 2017: entre € 0,55 e € 0,58 por kg P.V.)

Ao peso vivo dos ovinos de refugo é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

13 • ENTRADA DE BORREGOS EM DEZEMBRO

Os borregos que entrem no Centro de Tipificação entre 8 de Dezembro e 8 de Janeiro não terão como referência a Bolsa da Extremadura e serão pagos ao preço indicado pelo EA GROUP.

14 • PAGAMENTOS

14.1 • Os pagamentos são efetuados no dia 20 do mês seguinte ao do carregamento, excepto para os lotes entregues na última semana de cada mês, cujo pagamento será realizado no dia 20 do 2º mês posterior ao da entrega;

14.2 • Formação do preço: O produtor receberá o preço médio da Bolsa da Extremadura da semana do carregamento, descontando deste valor:

14.2.1 • os custos inerentes ao processo de exportação;

14.2.2 • e os custos de transporte dos borregos até ao Centro de Tipificação ou Matadouro indicados pela ACOS, no caso do produtor solicitar este transporte a esta associação.

14.3 • A faturação será efetuada logo que a ACOS obtenha os dados da partida enviados pelo Centro de Tipificação e por partida em função dos pesos e da qualidade estabelecidos anteriormente.

14.4 • As faturas deverão ser entregues na ACOS, o mais tardar, até dois dias úteis antes da data prevista à do pagamento.

15 • INFORMAÇÃO ADICIONAL

15.1 • Custos com a exportação:

15.1.1 • Certificado Sanitário Oficial – € 25,00 (vinte e cinco euros). A Direcção Geral de Alimentação e Veterinária emite um Certificado por Marca Oficial de Exploração e por Detentor;

15.1.2 • Taxa SIRCA – € 0,40 /borrego ou € 0,85 /ovino adulto;

15.1.3 • Kit Brincos electrónicos – € 0,97 (noventa e sete centimos) + 13% IVA = € 1,10 (um euros e dez).

15.2 • Participação INTEROVIC (Organização Interprofissional Agroalimentar do Ovíno e Caprino de Espanha): Sempre que os ovinos sejam exportados em vida para Espanha, será cobrado o valor correspondente à participação legalmente exigida neste país, que em 2018 é de 0,05€ por animal.

16 • EXCLUSÃO DE MEMBROS

16.1 • A ACOS reserva o direito de cancelar a inscrição de quaisquer membros que não cumpram as normas de funcionamento, bem como de todos aqueles que façam um uso indevido do programa.

16.2 • Em caso de cancelamento, o membro perde o direito às condições previstas nas presentes normas de funcionamento, sem direito a qualquer compensação ou ao reembolso de quaisquer valores pagos.

17 • CANCELAMENTO E ALTERAÇÕES

17.1 • A ACOS reserva o direito de revogar e/ou modificar, na totalidade ou parcialmente, as normas de funcionamento.

17.2 • O cancelamento ou alterações das normas de funcionamento serão comunicadas aos membros por carta registada com aviso de receção.

17.3 • A revogação e/ou as modificações serão comunicadas aos membros com, pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência sobre a data em que se pretende que produzam efeitos, prazo que as partes consideram razoável.

17.4 • Os membros que não concordem com as alterações introduzidas aos termos e condições de utilização poderão, a todo o tempo, cancelar o seu registo na secção comercial.

18 • REDUÇÃO

A nulidade, anulabilidade ou qualquer outra causa de invalidade de alguma das disposições das normas de funcionamento não determina a invalidade das restantes, excepto se relacionado com a responsabilidade da ACOS.

19 • PROTECÇÃO DE DADOS

19.1 • Nos termos da lei aplicável, o membro autoriza expressamente que os seus dados pessoais, sejam recolhidos e processados pela ACOS.

19.2 • O processamento de dados a que se refere o número anterior destina-se à gestão e funcionamento da secção comercial, designadamente quanto à manutenção da Base de Dados dos sócios actualizada e à verificação da composição do efectivo ovino e dos movimentos efectuados.

19.3 • O membro poderá, a todo o momento, exercer os direitos previstos na lei de protecção de dados pessoais, designadamente em matéria de acesso, rectificação, cancelamento, apagamento, boqueio e oposição, fazendo-o por escrito para o endereço postal da ACOS ou através de mensagem de correio electrónico para o endereço geral@acos.pt, na qual efectue a sua identificação e indique a situação que constitui objecto da sua solicitação.

19.4 • Os dados pessoais dos utilizadores que sejam recolhidos em rede aberta, poderão ser vistos ou utilizados por terceiros não autorizados.

20 • JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL

As normas de funcionamento encontram-se regidos pela lei portuguesa e quaisquer litígios relativos à sua interpretação, aplicação ou cessação serão dirimidos pelo Tribunal da Comarca de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

LABORATÓRIOS ACOS

LABORATÓRIOS ACREDITADOS

LABORATÓRIO DE AZEITONA E AZEITE

O Laboratório de Química da ACOS poderá ajudá-lo caso pretenda:

- Determinar o momento ideal para a colheita;
- Avaliar e monitorizar a qualidade (rendimento e acidez) das azeitonas entregues no lagar;
- Determinar a acidez do azeite extraído em poucos minutos;
- Determinar a qualidade do azeite produzido;
- Determinar as perdas de gordura no bagaço;
- Fazer análises para calibração de equipamentos NIR.

LABORATÓRIO VETERINÁRIO

O Laboratório Veterinário está preparado para dar resposta a Serviços Oficiais, Médicos Veterinários e produtores no âmbito de:

- Controlos Oficiais de Saúde Animal (programas de erradicação ou controlos obrigatórios de doenças, como a Brucelose e a Doença de Aujeszky, e análises para exportações);
- Programas voluntários de saúde animal (BOVICARE – IBR e BVD);
- Avaliação do grau de eliminação de ovos de parasitas através de análises coprológicas (fezes) aos animais, como apoio à decisão sobre a necessidade de tratamentos desparasitantes;
- Apoio ao diagnóstico clínico;
- Controlo de qualidade de leite.

CONTACTOS:

Laboratório de Química | Telf. 284 249 011
Laboratório Veterinário | Telf. 284 310 360

Email: laboratorio@acos.pt
Morada: Rua Cidade S. Paulo, nº 36
Apart. 296 – 7801-904 Beja



ACOS
AGRICULTORES
DO SUL



União Europeia

A PAC após 2020

De acordo com a proposta de orçamento para a PAC após 2020 da Comissão Europeia, “a fim de permitir que os Estados-Membros adaptem melhor a política às prioridades do seu setor agrícola, estes terão a possibilidade de transferir até 15% das suas dotações da PAC entre os pagamentos diretos e o desenvolvimento rural. Os Estados-membros terão também flexibilidade para transferir uma percentagem adicional de 15% do 1º pilar para o 2º pilar destinada às medidas em matéria de ambiente e de clima sem cofinanciamento. Um montante adicional de 10 mil milhões de euros será disponibilizado através do programa europeu de investigação Horizonte Europa para apoiar a investigação e a inovação especificamente nos setores alimentar, agrícola, desenvolvimento rural e bioeconomia”.

Segundo o texto publicado recentemente pela Confagri e baseado na proposta da UE “para Portugal, a preços correntes, para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, está prevista uma verba de 4,266 mil milhões de euros no primeiro pilar e de 3,452 no segundo, contra um montante na PAC 2014-2020, em que recebemos 4,1 mil milhões de euros no primeiro pilar

(pagamentos diretos aos agricultores) e 4,082 mil milhões no segundo pilar (desenvolvimento rural). O pequeno ganho que tivemos no pilar I resulta da convergência, por sermos um dos países que menos recebem em montantes unitários por há nos pagamentos diretos. Somos especialmente penalizados com a proposta da Comissão, pois o corte para o atual quadro, ao nível do pilar II, foi muito maior que no pilar I e somos um dos países cujo peso do Pilar II na verba que recebe da PAC é dos maiores ao nível da UE.

De acordo com o documento “O Orçamento da UE: A PAC Após 2020”, de Junho deste ano, os nove objetivos da PAC são: “Assegurar um rendimento justo; Aumentar a competitividade; Reequilibrar o poder ao longo da cadeia alimentar; Tomar medidas em relação às alterações climáticas; Proteger o ambiente; Preservar as paisagens e a biodiversidade; Apoiar a renovação geracional; Promover zonas rurais dinâmicas; Proteger a qualidade da alimentação e da saúde”.

Ambiente e alterações climáticas

No que diz respeito às medidas em relação às alterações climáticas, a UE estabelece as regras básicas e um conjunto de medidas. Os Estados-membros podem decidir quais as medidas capazes de assegurar resultados mais eficazes e específicos, que reflitam as suas próprias circunstâncias.

De entre outras destacam-se:

- Apoio aos agricultores através de soluções especificamente adaptadas, centradas nos resultados em vez de no processo. Cada país elaborará um plano estratégico da PAC que apresente as medidas escolhidas e os resultados desejados, os quais serão objeto de aprovação pela Comissão e de acompanhamento constante.

- Apoio direto aos agricultores a fim de lhes assegurar estabilidade e previsibilidade. Indicadores de resultados predefinidos avaliam se foram efetuados progressos no sentido de atingir os objetivos estratégicos de cada país.

- Mais incentivos aos agricultores para ir além do mínimo e sanções mais pesadas quando os progressos forem insuficientes. Novo regime de acompanhamento e orientação da implementação de políticas, com



Inovação e conhecimento

possibilidade de premiar/penalizar.

A União Europeia participará em cada fase para estabelecer regras, avaliar planos, acompanhar os progressos efetuados e garantir a obtenção de resultados.

Relativamente, em concreto, ao ambiente e à ação climática, o Orçamento da PAC após 2020 faz referência a uma “maior ambição”.

“Os agricultores já desempenham um papel crucial na abordagem das alterações climáticas, protegendo o ambiente e preservando as paisagens e a biodiversidade. Ao manter o nosso compromisso de aumentar o nível de ambição em matéria de ambiente e clima, a nova PAC colocará a barra ainda mais alto. Além dos requisitos obrigatórios ambiciosos, os agricultores terão a possibilidade de fazer mais e receber apoio adicional mediante vários regimes voluntários.

Exigências reforçadas em termos ambientais

Nesta matéria, está inscrito, com caráter obrigatório para os agricultores, para os agricultores que todos os pagamentos diretos terão como condição exigências reforçadas em matéria de ambiente e clima. Em consonância com os objetivos ambiciosos da UE em matéria ambiental e climática, os requisitos obrigatórios impostos aos agricultores serão reforçados. As novas obrigações incluem: Preservar os solos ricos em carbono através da proteção das zonas húmidas e das turfeiras; Uma gestão de nutrientes obrigatória para melhorar a qualidade da água e reduzir os níveis de amoníaco e de óxido nítrico; Proceder à rotação de culturas em vez de à diversificação de culturas.

Por outro lado, e com caráter facultativo, os agricultores serão recompensados por irem além dos requisitos obrigatórios no que diz respeito aos compromissos agroambientais e/ou climáticos assumidos. Cada Estado-Membro desenvolverá regimes ecológicos para apoiar e/ou incentivar os agricultores a observar práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, para além dos seus requisitos obrigatórios”.

De acordo com as regras traçadas na proposta da UE, “no mínimo, 30% do financiamento do 2º pilar será destinado a medidas relacionadas com o clima e o ambiente. Prevê-se que 40% do orçamento geral da PAC contribua para a ação climática”.

Outra das áreas que merece relevo é o conhecimento e a inovação. “O conhecimento e a inovação são essenciais para um crescimento inteligente, resiliente e sustentável do setor agrícola. A PAC do futuro irá incentivar um maior investimento na investigação e na inovação e permitir que os agricultores e as comunidades rurais dele beneficiem. Um orçamento específico de 10 mil milhões de euros proveniente do programa Horizonte Europa será reservado para a investigação e a inovação nos domínios da alimentação, agricultura, desenvolvimento rural e bioeconomia. A Parceria Europeia de Inovação (PEI-AGRI) irá continuar a reunir as fontes de financiamento provenientes do programa Horizonte Europa e do desenvolvimento rural, a fim de promover uma agricultura e silvicultura sustentáveis e competitivas.

O plano estratégico da PAC para cada país incluirá uma secção sobre o modo de estimular o intercâmbio de conhecimentos e a inovação (por exemplo, serviços de consultoria, formação, investigação, redes rurais, projetos-piloto, grupos operacionais PEI-AGRI) e a forma de os financiar. Incentivar os Estados-Membros a utilizar megadados e novas tecnologias para os controlos e o acompanhamento (por exemplo, verificar se os requisitos para a rotação das culturas estão a ser cumpridos ou controlar a dimensão das explorações agrícolas para fins de pagamentos diretos). Fomentar a digitalização da vida rural nas explorações agrícolas (por exemplo, através de técnicas de agricultura de precisão) e nas comunidades mais vastas (através da melhoria da conectividade dos lacetes locais nas ligações de banda larga, por exemplo). Desenvolver uma plataforma à escala da UE sobre a gestão dos riscos para ajudar os agricultores a gerir as suas atividades de forma mais eficaz.



Todos os pagamentos diretos terão como condição exigências reforçadas em matéria de ambiente e clima. Em consonância com os objetivos ambiciosos da UE em matéria ambiental e climática, os requisitos obrigatórios impostos aos agricultores serão reforçados.



ACOS

Cursos de Formação Profissional dão resposta a novos desafios



A ACOS – Associação de Agricultores do Sul está a iniciar novo pacote de oferta formativa desde meados de Setembro, na sua maioria co-financiada no âmbito do Portugal 2020, através de parceria com a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal.

Entidade formadora certificada, há vários anos, pela DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, a ACOS vai ao encontro das necessidades formativas dos agricultores e das empresas, nas áreas da produção animal, olival, vinha, regadio, mecanização, turismo rural, entre outras temáticas da atualidade, valorizando o conhecimento técnico e reforçando as competências dos ativos do setor agrícola.

A ACOS dá especial atenção aos jovens agricultores promovendo, nesse sentido, ações de formação base e complementar, conforme os critérios da legislação em vigor.

Ao nível do reforço da empregabilidade da região, a ACOS vai realizar novos cursos EFA – Educação e Formação de Adultos com dupla certificação, escolar e profissional. Estas ações de formação destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 23 anos e com o

ACOS criou mais um serviço técnico de apoio aos sócios

Serviço de Aconselhamento Agrícola e florestal

A ACOS vai iniciar a prestação do Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal. Prevê-se que em breve, os sócios da ACOS possam beneficiar de mais um serviço técnico especializado com vista à melhoria das condições no desenvolvimento da sua atividade agrícola ou florestal.

A ACOS – Agricultores do Sul é entidade Reconhecida pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) como entidade prestadora do Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal. Este serviço, disponibilizado de forma gra-

tuita aos sócios da ACOS, é desenvolvido em parceria com a CAP - Confederação de Agricultores de Portugal e consiste em fornecer informações relativas aos requisitos exigidos no âmbito do PDR2020 de forma a estarem aptos a receber os apoios comunitários. A ACOS integra nos seus quadros técnicos executores de aconselhamento agrícola e florestal.

O Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal é um serviço técnico especializado prestado por uma entidade reconhecida pela DGADR e abrange o diagnóstico e análise dos problemas concretos, e as oportu-

Sanidade Animal

9º ano de escolaridade.

Os Cursos de Técnico/a de Produção Agropecuária e Técnico/a Vitivinícola e Técnico/a de Recursos Ambientais e Florestais conferem habilitação escolar ao nível do 12º ano, carta de tratorista e cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos.

Os apoios aos formandos, no âmbito do co-financiamento, compreendem bolsa de formação, subsídio de alimentação, seguro de acidentes pessoais e, se aplicável, deslocações e acolhimento.

A Coordenadora do Serviço de Formação Profissional sublinha que “a ACOS faz um balanço bastante positivo da formação realizada neste primeiro semestre de 2018, quer pelo número de formandos certificados, quer pela aposta ganha numa formação de qualidade”.

Ana Carapinha salienta ainda que “a ACOS oferece formação profissional certificada de elevada qualidade em todo o Alentejo, contando com um vasto leque de parcerias com entidades locais e regionais, privilegiando um serviço integrado com repercussões ao nível do desenvolvimento local”.

nidades de uma exploração agrícola ou florestal e ainda a elaboração de um plano de ação com as recomendações a implementar.

Criado na sequência da portaria 151/2016, de 25 de Maio, o Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal integra as seguintes áreas temáticas: Condicionabilidade; Segurança no trabalho; Práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente; Manutenção da superfície agrícola; Medidas de proteção à qualidade da água; Utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos; Medidas ao nível da exploração agrícola ou florestal; Primeira instalação de jovens agricultores; Requisitos mínimos das medidas agroambientais; Plano de gestão florestal; Defesa da floresta; Certificação florestal; Conservação da natureza.

O Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal assume-se como “um importante instrumento do primeiro pilar da Política Agrícola Comum (PAC), por contribuir, designadamente, para o melhor cumprimento das normas aplicáveis às explorações agrícolas, com impactos positivos a diversos níveis.

A saúde animal é um fator determinante na viabilidade das explorações pecuárias e condição essencial para o garante da Saúde Pública. Ciente desta realidade, a ACOS criou em 1989 o Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS) de Beja. Desde então, este Departamento da ACOS tem vindo a aumentar e a atualizar o seu leque de serviços, de forma a acompanhar e aplicar os desenvolvimentos técnico-científicos no que respeita à sanidade animal, sempre de acordo com as normas e exigências legais.

O Agrupamento de Defesa Sanitária da ACOS, integrado no Serviço de Sanidade Animal, presta serviços de profilaxia médica e sanitária a bovinos, ovinos, caprinos e suínos.

Tem como objetivo primordial melhorar o estatuto sanitário dos efetivos pecuários dos seus associados. Para isso a ACOS conta com a colaboração de 50 médicos veterinários que dão assistência a 110 mil pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) e a 48 mil bovinos.

O ADS da ACOS é responsável pela Sanidade Animal das explorações pecuárias dos seus associados, localizadas maioritariamente nos concelhos de Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo, Alvito, Vidigueira e Portel, embora algumas estejam localizadas em concelhos limítrofes e noutros concelhos do Alentejo.

O Programa de Ação do ADS engloba, no que respeita aos ruminantes, o Programa Sanitário Anual (rastreamento de Brucelose, Tuberculose e Leucose), o Programa de Profilaxia

Médica (vacinações e desparasitações diversas) e o Programa de Controlo e Erradicação da Língua Azul (vacinação dos ovinos e bovinos contra esta doença). No que diz respeito aos suínos engloba as intervenções sanitárias no âmbito do Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky – PCEDA (colheitas de sangue e vacinações) e intervenções profiláticas diversas (vacinações e desparasitações diversas).

Para um melhor controlo do parasitismo, o ADS disponibiliza, em parceria com o Laboratório Veterinário da ACOS, o serviço de análises laboratoriais às fezes dos animais (análises coprológicas) com o objetivo de ajudar a definir qual o desparasitante mais adequado às espécies de parasitas identificadas e de apoiar na decisão da melhor altura do ano para proceder à desparasitação.

A ACOS disponibiliza ainda o Programa BOVICARE. Este programa, de adesão voluntária, visa implementar nas explorações de bovinos aderentes um conjunto de medidas tendentes ao controlo da IBR (Rinotraqueíte Infecciosa Bovina) e da BVD (Diarreia Viral Bovina).

A ACOS presta o serviço de Identificação Eletrónica de ovinos, caprinos e bovinos através do fornecimento e da aplicação dos meios de identificação nos animais, bem como do seu controlo e gestão através de sistemas de leitura eletrónica, quer individual, quer dinâmica, e posterior introdução dos dados num programa informático desenvolvido para este efeito.





ACOS co-organiza I Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva

Partilhar informação e ganhar escala para defender potencialidades do setor

Abordar e refletir sobre a importância ambiental, económica e social do sistema de produção pecuária em extensivo, refletir sobre as suas práticas e desafios, as mais-valias para a preservação da biodiversidade e de ação contra incêndios, assim como o alargamento dos circuitos de comercialização dos produtos, são alguns dos propósitos do I Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva, a decorrer em Sevilha a 8 e 9 de Novembro. A organização do Congresso está a cargo de uma parceria alargada de que faz parte a ACOS — Associação de Agricultores do Sul, a União dos Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS) do Alentejo, as cooperativas agroalimentares da Andaluzia e a Federação dos Agrupamentos de Defesa Sanitária Animal espanhola.

Realizado à escala ibérica, o Congresso tem como objetivos abordar potencialidades, oportunidades, constrangimentos e desafios que são comuns a ambos os lados da fronteira. Conta com a participação de um leque alargado de especialistas conceituados em diversas áreas, desde a sanidade animal, passando pela ação ambiental do montado/dehesa, até à comercialização.

O montado português e a dehesa espanhola são ecossistemas caracterizados por atividade agropecuária no interior de sistemas florestais tipicamente mediterrânicos, com uma grande biodiversidade, tanto de fauna, como de flora. São habitats únicos no mundo, que importa reconhecer e salvaguardar, razão pela qual se juntaram, na organização deste Congresso, entidades de ambos os lados da fronteira de forma a ganharem dimensão tanto no trabalho conjunto, como na capacidade reivindicativa junto dos decisores políticos nacionais e comunitários.

Montado português e dehesa espanhola: ecossistemas a preservar

Tendo em conta que há constrangimentos, desafios e oportunidades que são comuns à escala ibérica, lançámos o desafio às entidades organizadoras do Congresso para responderem às mesmas perguntas.

Curioso, ou nem tanto, é que as respostas são praticamente coincidentes.

Em representação da ACOS, Associação de Agricultores do Sul, as declarações são do seu Presidente, Rui Garrido que defende, “que o conceito de competitividade integre necessariamente sustentabilidade ambi-

ental. Estamos num patamar da nossa civilização em que inovar significa, à luz dos novos procedimentos, meios e conhecimentos, revalorizar práticas com provas dadas ao nível da qualidade alimentar e da preservação ambiental”. Rui Garrido defende ainda que “é urgente reforçar a cooperação com ganhos de escala, tanto a nível da produção, como de investigação aplicada, com trabalho conjunto a nível sanitário, técnico e económico.”

Por seu turno, o Coordenador Técnico dos ADS do Alentejo, João Palmeiro, sublinha que “este evento vai ser uma excelente oportunidade de intercâmbio e de diálogo entre produtores, técnicos e variados agentes económicos dos dois países, no sentido de se definirem objectivos e trilharem caminhos comuns ou convergentes”. João Palmeiro acrescenta que “não nos podemos esquecer que este tipo de pecuária pode contribuir para o aumento da matéria orgânica, nomeadamente nos solos mais pobres, para a conservação do coberto vegetal e para uma melhor regulação do ciclo da água”.

Do outro lado da fronteira e em representação da Federação Andaluza de Agrupamentos de Defesa Sanitária Animal e das cooperativas agro-alimentares andaluzas, Agustín González argumenta que a pecuária extensiva não é rentável. E defende que “a pecuária extensiva desempenha um papel fundamental na sustentabilidade do meio ambiente, e na manutenção da população do meio rural na Península Ibérica e é por isso que, tanto as medidas administrativas, como o novo horizonte temporal da PAC são absolutamente decisivos para o futuro dos nossos territórios. Agustín González acrescenta que gostaria nestas páginas, encorajar os produtores portugueses e espanhóis a participarem de forma muito ativa com a sua presença neste Congresso, uma vez que o sucesso ou o fracasso do mesmo, assim como o nosso futuro, dependerá única e exclusivamente de nós.



Está a ser organizado um Congresso Luso-Espanhol sobre Pecuária Extensiva. Quais são as suas expectativas sobre este evento conjunto, à escala ibérica?

A nossa expectativa é encontrar um patamar de cooperação à escala ibérica que permita concertar estratégias de salvaguarda e valorização do sistema agropecuário do montado/dehesa desde a produção, passando por questões técnicas, sanitárias, económicas e de posicionamento em novos mercados.

Há constrangimentos, desafios e oportunidades que são comuns a ambos os lados da fronteira, razão pela qual é de extrema importância a partilha de informação entre produtores, investigadores e outros especialistas do mundo académico e empresarial, do mesmo modo que é muito relevante a presença de políticos de Portugal e de Espanha e de representação comunitária para melhor conhecimento da realidade da pecuária em extensivo.

Os desafios agrícolas do futuro exigem coragem, respeito e partilha. Coragem para novas abordagens de valorização do papel dos agricultores na preservação do meio ambiente e na criação de dinâmicas de repovoamento do meio rural. Respeito pelo modo de produção agrícola em extensivo, desenvolvido em simbiose com o meio natural, em territórios de baixa densidade. Partilha de informação e de conhecimento para organizar a produção e valorizar as potencialidades do setor e para que a nível político sejam tomadas medidas para que estes produtores possam ser remunerados enquanto fornecedores de bens públicos.

Numa altura em que se procuram respostas que integrem a adaptação às alterações climáticas, competitividade e sustentabilidade ambiental, qual o lugar da pecuária extensiva e do montado/dehesa neste enquadramento?

É fundamental inscrever, no âmbito das políticas nacionais e comunitárias, o papel do montado/dehesa, e do pastoreio em extensivo, enquanto valorizadores da biodiversidade para responder aos desafios do combate às alterações climáticas e gerar sustentabilidade ambiental. É fundamental que o conceito de competitividade integre necessariamente sustentabilidade ambiental. Estamos num patamar da nossa civilização em que inovar significa, à luz dos novos procedimentos, meios e conhecimentos, revalorizar práticas com provas dadas ao nível da qualidade alimentar e da preservação ambiental. A capacidade de renovação do nosso planeta caminha perigosamente para uma situação de não retorno. Cabe-nos a nós, agricultores e produtores pecuários, usar o conhecimento e a capacidade de inovação para fomentar um crescimento inteligente e sustentável do setor agrícola.

A competitividade do setor deverá ser enquadrada, nas políticas nacionais e comunitárias, por via da alta qualidade dos produtos, designadamente de origem animal, e criação de benefícios ecológicos, com criação de escala a nível ibérico, tendo em conta potencialidades e desafios comuns.



Rui Garrido

ACOS

- Agricultores do Sul

Criar um patamar de cooperação à escala ibérica

A valorização do capital natural e a manutenção da paisagem são imperativos cada vez mais urgentes, razão pela qual importa levar a sério políticas capazes de remunerar os serviços promotores do bem público.

Quais são, atualmente, as principais preocupações que se prendem com a sanidade animal e vegetal no que diz respeito à pecuária em extensivo no montado/dehesa?

Os problemas sanitários são comuns aos dois lados da fronteira dada a similitude do território e dos sistemas de produção, pelo que será muito mais profícuo promover a sua abordagem conjunta.

Falamos de problemas que são, há muito tempo, uma realidade como por exemplo a Seca do montado, a Tuberculose bovina e caprina, a Brucelose dos bovinos e dos pequenos ruminantes ou a Língua Azul, e de problemas que são uma ameaça constante para estes territórios, como a Peste Suína Africana, a Febre Aftosa e a Peste dos Pequenos Ruminantes.

Neste Congresso pretende-se que haja uma abordagem integrada e conjunta destes problemas. Será muito importante a partilha de opiniões e de conhecimentos tendo em vista o estabelecimento de estratégias concertadas de prevenção e de resolução dos problemas sanitários que ameaçam este vasto território do sudoeste peninsular.

Que variáveis devemos ter em consideração para tornar mais competitivo o sistema agro-silvo-pastoril do montado/dehesa?

A nossa expectativa é a diferenciação deste sistema produtivo como gerador de mais valias tanto a nível ambiental e de repovoamento do espaço rural, como de qualidade dos produtos daí provenientes.

Os produtos originários do sistema de produção em montado, um nicho de mercado, deverão, no caso concreto da produção pecuária em extensivo, ser consagrados como provenientes de sistema de produção gerador da sustentabilidade ambiental e promotor de biodiversidade.

É urgente reforçar a cooperação, com ganhos de escala, tanto a nível da produção, como de investigação aplicada, com trabalho conjunto a nível sanitário, técnico e económico.

Atualmente, a produção agropecuária em extensivo não é rentável. No entanto, devemos considerar que a produção animal em extensivo é um instrumento natural de controlo do coberto vegetal com inequívocos benefícios na prevenção de fogos florestais. Do mesmo modo, a atividade agropecuária no montado potencia a biodiversidade. Devidamente enquadrada em termos políticos, facilita o repovoamento rural. A disseminação de novos produtos e serviços com repercussões no desenvolvimento rural. A criação de riqueza.

É importante que os decisores políticos tenham consciência que tornar rentável a atividade agropecuária em extensivo é um investimento e não um custo. Um fator

de competitividade. São estas e muitas outras variáveis que vão ser apresentadas no decorrer do Congresso, através de abordagens multidisciplinares, de produtores, investigadores, médicos veterinários e investidores de modo a comprovar que esta é uma atividade com grande viabilidade económica e de salvaguarda do meio ambiente.

Na sua perspectiva, quais as principais questões que deverão ser consagradas na nova PAC pós 2020 que acautelem os interesses da pecuária extensiva e da defesa do montado/dehesa?

Integrar o montado/dehesa em regime ecológico específico, consagrado em proposta da PAC pós 2020; estabelecer condições mais favoráveis para a transferência de conhecimentos, investimentos ecológicos, inovação e cooperação; remunerar os agricultores do modo de produção em extensivo, com contributos para a preservação da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental, enquanto fornecedores de bens públicos; beneficiar medidas e práticas agrícolas e de investigação tendentes à mitigação ou reversão dos impactos das alterações climáticas; inscrever a atividade agropecuária em extensivo, em montado/dehesa, no rol de medidas de controlo do coberto vegetal, prevenção de incêndios e proteção do solo; incentivar, em termos logísticos e financeiros, a criação de escala através de agrupamentos, protocolos ou outras formas de associação para alargamento dos circuitos de mercado dos produtos provenientes do montado/dehesa e promover a diferenciação dos produtos provenientes do montado/dehesa e sensibilizar a opinião pública para as vantagens/benefícios dos mesmos. ●



Agustín González
Federação Andaluza de
Agrupamentos de Defesa
Sanitária Animal

**Este Congresso
está a gerar
muita
expectativa**

Está a ser organizado um Congresso Hispano-luso sobre Pecuária Extensiva. Quais são as suas expectativas sobre este evento conjunto, à escala ibérica?

São muitas e variadas as expectativas criadas pela organização deste Congresso:

- Esta é a primeira vez que se faz um congresso sobre agropecuária em extensivo à escala da Península Ibérica;
- A grande variedade de temas a tratar: análise DAFO/Swot, Sanidade Animal e vegetal, produção, transformação, comércio, etc;
- O grande profissionalismo e autoridade dos oradores;
- Poder identificar, tanto pelos produtores portugueses, como espanhóis, os mesmos problemas e procurar soluções comuns para os mesmos;
- Reivindicar aos nossos responsáveis administrativos e representantes políticos que nos ouçam e que consagrem medidas para que as nossas explorações sejam sustentáveis;
- A coincidência do congresso com um momento de grande debate sobre como o tão esquecido setor da pecuária em extensivo será abrangido na Reforma da Política Agrícola Comum no horizonte 2020-2027.

Numa altura em que se procuram respostas que integrem a adaptação às alterações climáticas, competitividade e sustentabilidade ambiental, qual o lugar da pecuária extensiva e do montado/dehesa neste enquadramento?

A pecuária extensiva desempenha um papel fundamental na sustentabilidade do meio ambiente, e na manutenção da população do meio rural na Península Ibérica e é por isso que, tanto as medidas administrativas, como o novo horizonte temporal da PAC são absolutamente decisivos para o futuro dos nossos territórios.

Quais são, atualmente, as principais preocupações que se prendem com a sanidade animal e vegetal no que diz respeito à pecuária em extensivo no montado/dehesa?

Sem carvalhos e sem sobreiros não existe dehesa/montado, sem dehesa/montado não teríamos porco ibérico, nem presunto, nem enchidos de alta qualidade e, portanto, perderíamos grande parte da nossa identidade ibérica. Temos de encontrar uma solução à “SECA”. Por outro lado, a sanidade animal é fundamental, tanto para melhorar as nossas produções, como o nosso comércio e é muito mais complicado gerir a sanidade animal da pecuária extensiva do que da pecuária intensiva, porém, as normas europeias não costumam ter em conta esta grande diferença no manejo dos animais.

Que variáveis devemos ter em consideração para tornar mais competitivo o sistema agro-silvo-pastoril do montado/dehesa?



A principal variável será ao nível das ajudas a consagrar na nova PAC, uma vez que a pecuária em extensivo não é rentável.

Os incentivos económicos e os procedimentos administrativos de incorporação de jovens agricultores devem ser muito atrativos.

Valorizar, no circuito comercial, as nossas produções pecuárias, de modo a permitir preços justos aos produtores.

Ser capazes de criar no setor produtivo estruturas cooperativas e/ou empresariais para criar capacidade de transformar e comercializar os nossos produtos fora das nossas fronteiras peninsular e europeias.

Na sua perspectiva, quais as principais questões que deverão ser consagradas na nova PAC pós 2020 que acautelem os interesses da pecuária extensiva e da defesa do montado/dehesa?

A renovação geracional e a incorporação de jovens na atividade agropecuária. A simplificação administrativa das muitas e variadas normas que nos afectam. Um nível de ajudas que permita uma vida digna aos produtores no seu território.

A pecuária extensiva em geral e a dehesa/montado em particular, favorecem a proteção do meio ambiente em alguns territórios que, sem a existência de pecuária se converteriam em desertos. É por isso que as nossas administrações e os nossos políticos deverão, em conjunto e de forma inequívoca, defender e lutar para que as gerações vindouras continuem a desfrutar deste património.

Gostaria de, nestas páginas, encorajar os produtores portugueses e espanhóis a participarem de forma muito ativa com a sua presença neste Congresso, uma vez que o sucesso ou o fracasso do mesmo, assim como o nosso futuro, dependerá única e exclusivamente de nós e, portanto, não devemos responsabilizar os outros por não conseguirmos aquilo pelo qual não lutamos.

Para terminar gostaria de dizer que este I Congresso Hispano Luso nasceu com o objetivo de continuidade no tempo e esperamos que o êxito desta primeira edição sirva para fixar uma data e um local para celebrar o II Congresso Hispano Luso de Pecuária Extensiva nos próximos anos em Portugal. ●



João Palmeiro
União dos ADS do
Alentejo

Oportunidade de intercâmbio e diálogo

Está a ser organizado um Congresso luso-espanhol sobre Pecuária Extensiva. Quais são as suas expectativas sobre este evento conjunto, à escala ibérica?

Por um lado, trata-se de pôr em relevo um sistema de produção com características únicas e uma identidade própria, ancestral, mas capaz de se adaptar aos múltiplos desafios que a agricultura, a pecuária e o ambiente enfrentam actualmente.

Este evento vai ser uma excelente oportunidade de intercâmbio e de diálogo entre produtores, técnicos e variados agentes económicos dos dois países, no sentido de se definirem objectivos e trilharem caminhos comuns ou convergentes, ao mesmo tempo que as organizações e associações do sector produtivo se constituem como parte integrante do processo e aproveitam para estreitar uma colaboração mútua.

Finalmente, poderá ser uma oportunidade para os governos e as administrações, culminando na própria União Europeia, se consciencializarem da importância deste sistema produtivo e da obrigatoriedade de o apoiarem de uma forma tangível e não apenas com palavras transitórias ou acções de curto prazo, desfocadas dos produtores.

Numa altura em que se procuram respostas que integrem a adaptação às alterações climáticas, competitividade e sustentabilidade ambiental, qual o lugar da pecuária extensiva e do montado/dehesa neste enquadramento?

É um lugar de destaque, pois este tipo de exploração pecuária integrado neste ecossistema particular desenvolve-se em respeito pelo meio ambiente, numa espécie de simbiose com ganhos recíprocos, em virtude de potenciar a fertilização da terra e a conservação do solo, ao mesmo tempo que aproveita os recursos disponíveis e previne a propagação dos incêndios, que tanta preocupação nos causam devido às alterações climáticas.

Não nos podemos esquecer que este tipo de pecuária pode contribuir para o aumento da matéria orgânica, nomeadamente nos solos mais pobres, para a conservação do coberto vegetal e para uma melhor regulação do ciclo da água, com redução da erosão e aumento da retenção da água das chuvas, por exemplo.

Trata-se de um sector económico viável num território muito desertificado e empobrecido. A pecuária extensiva ajudar a fixar pessoas não só por criar emprego mas sobretudo por potenciar muitas outras actividades que lhe estão ligadas, como o turismo, a gastronomia, o artesanato e as indústrias agro-alimentares.

Quais são, atualmente, as principais preocupações que se prendem com a sanidade animal e vegetal no que diz respeito à pecuária em extensivo no montado/dehesa?

Nos animais, nomeadamente nos bovinos, ovinos e caprinos, existem doenças que são alvo de planos oficiais de controlo e de erradicação, como é o caso da brucelose, da tuberculose e da doença da língua azul e, nesse sentido, constituem uma preocupação para a pecuária destas regiões. Como são transmissíveis podem afectar também a fauna silvestre, nomeadamente os javalis e os cervídeos, o que aumenta o grau de alerta e as dificuldades de controlo. Há ainda outras doenças da produção que têm o seu impacto e que devem ser combatidas, como IBR, BVD e parasitoses.

No caso dos suínos, além da brucelose e da doença de Aujeszky, tendo esta última um programa próprio de erradicação, existe neste momento uma enorme preocupação relacionada com a peste suína africana, doença vírica que afecta apenas porcos e javalis, erradicada da Península Ibérica há algumas décadas, mas que nos últimos 4 anos tem vindo a progredir na Europa, de este para oeste, e que foi confirmada recentemente em javalis na Bélgica. Ora isto consubstancia uma ameaça muito real para esta espécie e, em particular nos nossos sistemas produtivos, para o porco ibérico.

No que se refere à sanidade vegetal, relativamente à qual, por não ser a minha área, tenho menos informação, mas atendendo à importância que o sobreiro desempenha no ecossistema do montado, quero apenas sublinhar os múltiplos factores que estão a afectá-la e a fazê-la entrar em declínio, nomeadamente insectos, fungos e más práticas de exploração,

que devem ser rapidamente combatidos.

Que variáveis devemos ter em consideração para tornar mais competitivo o sistema agro-silvo-pastoril do montado/dehesa?

Julgo que devemos fazer uma análise das vulnerabilidades e dos pontos críticos, investigar, debater, e é precisamente neste espaço de debate que se insere este congresso de pecuária extensiva, propor soluções economicamente viáveis e aplicá-las.

A transformação do conhecimento, das sociedades e das pessoas traz desafios e oportunidades, assim as saibamos aproveitar. Se a pecuária extensiva e o montado produzem produtos de grande qualidade, diferenciação e variedade, é aí que devemos apostar. Hoje em dia muitos consumidores, no que diz respeito à criação dos animais e aos seus produtos, são sensíveis à ideia de extensivo em vez de intensivo, de produção mais lenta em lugar de produção rápida, por causa de conceitos tão em voga como o bem-estar animal, os chamados alimentos biológicos, a biodiversidade, a autenticidade, o respeito pelo ambiente e, até, a luta contra as resistências aos antibióticos.

Tem que se evitar a todo o custo o esgotamento dos nutrientes do solo e a degradação das paisagens, dos recursos naturais e do património genético. É preciso envolver e motivar os jovens, enquanto produtores e empreendedores. É igualmente importante ter um melhor desempenho ao nível da sanidade animal e da protecção vegetal.

Por último, considero que deveria haver uma grande aposta na criação de uma marca distinta para o montado e para os seus produtos. Cada vez mais o marketing e a capacidade de comunicação são traços essenciais da competitividade, mesmo que falemos de nichos de mercado ou de pequenas produções.

Na sua perspectiva, quais as principais questões que deverão ser consagradas na nova PAC pós 2020 que acautelem os interesses da pecuária extensiva e da defesa do montado/dehesa?

Julgo que se devem reforçar alguns apoios a estes sistemas produtivos de forma a defender os recursos naturais endógenos e a fixar jovens agricultores nesta região do sudoeste peninsular. Um dos aspectos a ter em conta seria a promoção de projectos associados à criação de empregos nestas áreas.

Dever-se-ia aumentar a inovação e a investigação nestes domínios da produção agro-florestal e agro-pecuária extensiva e diminuir-se a carga burocrática e de procedimentos com que o sector é confrontado.

O fomento do associativismo, da capacidade de comercialização e o apoio às questões sanitárias que as explorações agro-pecuárias e florestais têm que enfrentar, também seriam bem-vindos. ●





ACOS AGRICULTORES
DO SUL

RIGOR • QUALIDADE • COMPETÊNCIA

SERVIÇOS ACOS

-  **ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA**
-  **ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO AGRICULTOR**
-  **CANDIDATURAS A DIVERSOS APOIOS COMUNITÁRIOS**
-  **SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR**
-  **SEGUROS DE COLHEITAS**
-  **RECONHECIMENTO DE REGANTES**
-  **CENTRO DE INSPEÇÃO PERIÓDICA OBRIGATÓRIA DE EQUIPAMENTOS DE APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS**
-  **SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E REGISTO ANIMAL**
-  **SANIDADE ANIMAL**
-  **IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA DE OVINOS, CAPRINOS E BOVINOS (E LEITURA DINÂMICA)**
-  **CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO DA RAÇA OVINA CAMPANIÇA - ENTIDADE GESTORA DO LIVRO GENEALÓGICO DA RAÇA CAMPANIÇA**
-  **COMERCIALIZAÇÃO DE OVINOS E DE BOVINOS**
-  **TOSQUIA E LÃS**
-  **POSTO DE VENDA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS**
-  **SIRCA/OC - SISTEMA DE RECOLHA DE CADÁVERES DE OVINOS E CAPRINOS**
-  **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**
-  **LABORATÓRIO DE QUÍMICA (AZEITONA E AZEITE)**
-  **LABORATÓRIO VETERINÁRIO**
-  **ANÁLISES DE SOLOS, DE FOLHAS E DE ÁGUA**
-  **INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO**
-  **OVIBEJA**
-  **COMUNICAÇÃO E IMAGEM - REVISTAS, PÁGINAS WEB, FACEBOOK E OUTRAS REDES SOCIAIS**
-  **RED DE OVINOS/CAPRINOS E DE BOVINOS**
-  **PEDIDOS DE PAGAMENTOS DE PROJETOS (PRODER E PDR2020)**

www.acos.pt

ACOS - Associação de Agricultores do Sul

Rua Doutor G. Pinho, Apart. 214 - 7801-904 BEJA -

Tel. 284 280 300 | Fax: 284 220 439 | E-mail: geral@acos.pt



ACOS, ANPOC e IPBeja organizaram simpósio sobre Cereais em Portugal

“O caminho certo para as nossas culturas é andarmos de mãos dadas com a investigação”

Contou com casa cheia o simpósio organizado, no dia 4 de Outubro, pela ACOS, em conjunto com o Instituto Politécnico de Beja e a ANPOC, sobre “Cereais em Portugal – Uma nova oportunidade”.

“O caminho certo para as nossas culturas é andarmos de mãos dadas com a investigação”. Esta é uma das conclusões apontadas por José Palha, da ANPOC, que se debruçou sobre a “Evolução do Setor dos Cereais em Portugal na última Década”.

Ao falar sobre os principais cereais e oportunidades, José Palha começou por recordar que houve, nos últimos anos, uma redução de 75% de produção nacional de cereais praganosos. Atualmente a produção agrícola nacional contempla apenas 3,5% de cereais.

“Em boa hora o Ministério da Agricultura aprovou a estratégia Nacional para a Promoção da Produção dos Cereais” sublinhou o presidente da ANPOC, destacando que no atual quadro de investigação e de transferência de conhecimento, os níveis de produtividade e de rentabilidade têm vindo a aumentar, destacando-se também o aumento do regadio.

Como conclusões, José Palha realça a grande necessidade da união do setor para uma produção organizada, a capacidade existente de armazenagem, a rusticidade dos cereais e a sua resiliência às alterações climáticas, o investimento no regadio e a crescente investigação e as suas implicações no aumento da produtividade. De destaque também a conjugação de vários fatores relacionados com a formação, a eficiência, as novas tecnologias e a investigação com repercussões ao nível da valorização da produção e da rentabilidade dos capitais investidos.

José Palha terminou a sua comunicação com a divulgação de uma Formação Técnica para Produção de Cereais de Outono/Inverno visando a estabilidade e a rentabilidade da produção. Esta formação é da responsabilidade da ANPOC, INIAV e IPBeja.

Investigação séria e partilha de resultados

“Investigação e Experimentação nos Cereais” foi o mote da comunicação de Manuel Patanita, docente e

investigador da Escola Superior Agrária, do Instituto Politécnico de Beja.

Manuel Patanita debruçou-se, entre outros aspetos, sobre o melhoramento genético e sobre técnicas culturais. Tendo em conta estratégias e desafios, o professor universitário referiu-se à formação interligada ao aumento da eficiência da produção, ao reforço da capacidade técnica e de gestão na produção, à adaptação às alterações climáticas, eficiência do uso de recursos, a crescente valorização da qualidade.

Ao apresentar vários dos projetos de investigação/experimentação, o docente concluiu que “o futuro da agricultura passará obrigatoriamente pela capacidade de adaptação dos agricultores a novas ideias, novas técnicas de produção aplicadas, quer a culturas novas ou recentemente introduzidas no sistema produtivo, ou a culturas tradicionais que com maior ou menor dificuldade têm conseguido resistir”.

Manuel Patanita, que trabalha em estreita ligação com a produção, defendeu ainda que “a aquisição do conhecimento, através de programas de investigação séria e duradoira e a consequente e importante partilha de resultados obtidos, são fatores incontornáveis para o tão almejado desenvolvimento”.

Por sua vez, Carpinteiro Albino, presidente do Clube Português de Cereais de Qualidade usou, como ponto forte de toda a sua comunicação, a necessidade de profissionalização do setor. “É preciso saber produzir. Temos de nos agrupar e saber valorizar a nossa produção”, disse ao acrescentar que “os preços não somos nós que os fazemos”, mas o setor pode trabalhar, de forma organizada, na redução dos custos de produção e no aumento da produtividade. Na qualidade. E na criação de marcas.

Fernando Carpinteiro Albino destacou que a qualidade é dos principais garantes da procura, da valorização e do escoamento. É em nome dessa profissionalização, aliada à formação, às novas tecnologias e à investigação aplicada que o representante do Clube Português de Cereais traçou toda a sua comunicação. Deu nota positiva à Estratégia Nacional para a Promoção dos Cereais e sublinhou a importância de se conseguir, nas



O caminho certo para as nossas culturas é andarmos de mãos dadas com a investigação”.

José Palha



FOTO JUSTINO ENGANA



negociações do novo Quadro Comunitário de Apoio, melhores condições ajustadas à produção nacional de cereais e aos objetivos propostos.

Organização da produção, eficiência, inovação e comunicação

A Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, aprovada pelo Governo na altura do Verão, foi apresentada por Luís Souto Barreiros, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Portugal atingiu o grau crítico de auto-provision-

amento de cereais o que, de certo modo, funcionou como sinal de alarme, começou por dizer o técnico do Ministério da Agricultura para justificar o papel do Governo na aprovação da Estratégia.

Luís Souto Barreiros recordou que “entre 1989 e 2016, verificou-se uma diminuição de 56,2% da terra arável, sendo que no Alentejo esta diminuição correspondeu a mais de 767 mil hectares”. Ainda assim, acrescentou, “em 2016, o Alentejo e o Ribatejo e Oeste são as regiões que produzem em conjunto cerca de 70% do total dos cereais”, no nosso país.

Ao revelar os resultados de uma análise Swot, para verificação de pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e ameaças, Luís Barreiros referiu quatro pilares da Estratégia: As Organizações de Produtores (OP); a organização ao longo da fileira; a inovação e transferência de conhecimento e a PAC como principal instrumento de apoio à estabilização do rendimento dos agricultores e de incentivo ao investimento e adoção das práticas desejadas.

Luís Barreiros afirmou, em forma de conclusão, que as metas da Estratégia são exequíveis, com ganhos de eficiência e de produtividade. É possível tornar o setor mais forte” disse, destacando a necessidade de uma maior comunicação ao longo de toda a fileira “para alinhar os interesses dos vários agentes (produção, indústria, distribuição, inovação). A inovação e transferência de conhecimento são essenciais para produzir mais, preservando e utilizando de forma eficiente os recursos naturais”, rematou.

Cebal

Investigadores portugueses identificam genoma do sobreiro

De acordo com informação do Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo (CEBAL), o projeto Genosuber foi criado como um projeto de investigação nacional, focado na sequenciação do genoma do sobreiro, a árvore nacional de Portugal, atributo que lhe foi conferido em Dezembro de 2011. A versão inicial (draft) do genoma do sobreiro foi disponibilizada no início de 2018. O estudo continua a progredir para aprofundar e aperfeiçoar a sequência agora tornada pública. A disponibilização de uma melhor versão do genoma do sobreiro está prevista ainda para 2018. Em paralelo, a equipa de investigação está também a investigar os processos biológicos envolvidos na formação e qualidade da cortiça.

Para nos explicar o que está em causa no projeto Genosuber falámos com o investigador Marcos Ramos que sublinha que “os projetos nos quais trabalhamos estão focados numa problemática relevante para a região ou para o país, como por exemplo o sobreiro, o cardo, o porco Alentejano ou os ovinos. Alguns destes projetos são necessários para que posteriormente sejam desenvolvidas ferramentas tecnológicas que possam ser aplicadas diretamente no setor produtivo, como é o caso do meio agrícola e agroalimentar”.

“

Os projetos nos quais trabalhamos estão focados numa problemática relevante para a região ou para o país, como por exemplo o sobreiro, o cardo, o porco Alentejano ou os ovinos. Alguns destes projetos são necessários para que posteriormente sejam desenvolvidas ferramentas tecnológicas que possam ser aplicadas diretamente no setor produtivo, como é o caso do meio agrícola e agroalimentar



Em Portugal, o sobreiro (*Quercus suber* L.) tem um impacto social, económico e ambiental bastante significativo, representando 26% da área de coberto florestal. Na bacia Mediterrânica, quatro países (Portugal, Espanha, Marrocos e Argélia) englobam aproximadamente 90% da área total de sobreiro. Esta árvore única e emblemática desempenha um papel fulcral no Montado, um sistema ecológico muito peculiar, onde

contribui para a sobrevivência de muitas espécies de animais e plantas, ajudando ainda na prevenção da desertificação de regiões vulneráveis e desfavorecidas.

De forma a enfrentar os desafios que presentemente afetam o sobreiro é essencial ter a sequência do genoma determinada. Várias áreas de interesse, como a sua biologia, formação, desenvolvimento e qualidade da cortiça, e a resistência a fatores de stress (a)bióticos, beneficiarão

em grande escala da sequenciação do genoma do sobreiro. De futuro, a sequência do genoma irá permitir e acelerar a identificação de sobreiros com um perfil genético associado com melhores performances produtivas, criando as bases para a implementação de programas de melhoramento genético e permitindo a transferência deste conhecimento para soluções que melhorem a produtividade e as práticas de gestão florestal.



Uma equipa de investigadores coordenada pelo Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo (CEBAL) identificou, pela primeira vez, a sequência do genoma do sobreiro. O que representa, para Portugal, e para a comunidade científica, esta descoberta?

O estudo é importante a vários níveis, começando pelo desenvolvimento do conhecimento, capacidade e equipa científica capaz de executar projetos desta exigência e dimensão. Depois, o estudo é uma importante ferramenta para o avanço do conhecimento da genética do sobreiro, muito em particular para as equipas de investigadores nacionais que há muito aspiravam aceder à sequência do genoma do sobreiro para alicerçar os seus trabalhos de investigação científica e de apoio à fileira do sobreiro e da cortiça.

No que diz respeito, em concreto, ao trabalho científico, como foi possível chegar à árvore específica onde foi feita a sequência genética, o Sobreiro HL8? Quer apresentar-nos a árvore?

Inicialmente foram analisados 28 sobreiros, de quatro regiões distintas, para avaliar qual a árvore cujo genoma seria sequenciado. Todos estes sobreiros produzem, de forma consistente, cortiça de boa qualidade, o que garante que a árvore seja um sobreiro puro. O sobreiro HL8 foi escolhido por ter o genoma com menor taxa de heterozigotia, o que é uma vantagem para um projeto de sequenciação de genoma, por ser uma árvore centenária e ter um vigor apreciável. Este sobreiro está localizado na Herdade dos Leitões, em Montargil, propriedade do Eng.º João Lopes.

Este resultado agora alcançado é fruto de vários anos de trabalho de investigação científica e de muita persistência, designadamente, a nível de apoios financeiros. Foi um trabalho feito em paralelo, a investigação e a criação das condições para conseguirem levar até ao fim este projeto?

É impossível executar a componente científica de um projeto desta dimensão sem ter o financiamento adequado. Inicialmente foi feito um esforço considerável de sensibilização para a importância que um projeto como este teria para todo o setor do sobreiro e da cortiça. O projeto foi depois financiado pelo programa InAlentejo, contando ainda com o financiamento da Corticeira Amorim, da Cork Supply e do Crédito Agrícola.

Como surgiu o projeto Genosuber?

O Genosuber surgiu da vontade de várias pessoas e grupos de investigação em sequenciar o genoma do sobreiro, no seguimento de outros projetos de menor dimensão, focados na análise da parte codificante do genoma do sobreiro, que tinham sido financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Este grupo de



Marcos Ramos
Cebal

Uma importante ferramenta para o avanço do conhecimento da genética do sobreiro

personas desempenhou depois um papel crucial na preparação da candidatura que foi financiada e que efetivamente originou o projeto Genosuber.

O CEBAL está este ano a comemorar o seu 10º aniversário. Em ano de celebração, quais são os principais desejos formulados pelos investigadores ao serviço desta estrutura de investigação científica sediada no Alentejo, em Beja?

O CEBAL quer continuar a crescer e a solidificar a sua importância aos níveis regional e nacional, tendo sempre bem presente o contexto relacionado com a atividade agrícola e agro-alimentar na região do Alentejo. É muito positivo e gratificante celebrar o 10º aniversário, embora o CEBAL continue a ter algumas dificuldades que gostaríamos de ver resolvidas. Com o nosso empenho e a contribuição de várias entidades regionais e nacionais continuaremos a trabalhar para alcançar esse objetivo.

O CEBAL funciona, de algum modo, como escola de investigação científica no nosso País?

A componente de formação de recursos humanos tem estado muito presente no CEBAL desde o seu início. Regularmente são efetuados no CEBAL trabalhos de estágio de fim de licenciatura, de teses de mestrado, orientação de teses de doutoramento e formação avançada técnico-científica. Certamente não seremos a única instituição em Portugal a desempenhar este papel, mas dentro das áreas científicas nas quais trabalhamos temos contribuído para esta componente de formar pessoas em investigação científica. Em paralelo o CEBAL desenvolve ainda a atividade “Ciência à la carte”, mais direcionada para crianças nos primeiros anos de escolaridade, e que tem também contribuído bastante para oferecer a estas crianças uma primeira experiência do que é o mundo da ciência e investigação científica.

A investigação científica é tida, habitualmente, para o cidadão comum, como um trabalho distante da realidade do dia-a-dia. É assim, ou há cada vez mais um elo de ligação e de aproximação entre o investigador e a comunidade onde se insere, neste caso, o meio agrícola e agroalimentar?

A investigação científica na sua globalidade é um mundo muito grande e complexo, sendo impossível catalogar de uma forma uniforme toda a investigação que é feita. No caso do CEBAL, os projetos nos quais trabalhamos estão focados numa problemática relevante para a região ou para o país, como por exemplo o sobreiro, o cardo, o porco Alentejano ou os ovinos. Alguns destes projetos são necessários para que posteriormente sejam desenvolvidas ferramentas tecnológicas que possam ser aplicadas diretamente no setor produtivo, como é o caso do meio agrícola e agroalimentar.

Prémio CA Ovibeja

9º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra

Com o intuito de estimular o empenho na máxima qualidade do azeite nacional para a abordagem profissional aos mercados externos, já está a ser divulgado o 9º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA Ovibeja. O concurso é organizado pela ACOS, em colaboração com a Casa do Azeite e o Patrocínio exclusivo do Crédito Agrícola.

Integrado na 36ª Ovibeja, que este ano se realiza entre 24 e 28 de Abril, o concurso vai estar aberto à receção de amostras, em contínuo, até ao dia 22 de Março de 2019.

As categorias que vão estar a concurso são Frutado Maduro, Frutado Verde Ligeiro, Frutado Verde Médio e Frutado Verde Intenso.

Entre o rigor das normas observadas pelo único concurso português de âmbito internacional, destaca-se a autenticação das amostras por uma entidade idónea independente, o uso de recipiente de vidro escuro, sem rótulo e com sistema de abertura inviolável, o uso de um código de identificação anónimo, sendo os azeites ainda acompanhados de uma análise química e de uma análise organoléptica emitida por um painel de provadores reconhecido pelo Conselho Oleícola Internacional (COI).

O 9º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA Ovibeja, com o patrocínio exclusivo do Crédito Agrícola, é, juntamente com o Mario Solinas, do COI, exemplo internacional dos critérios de autenticidade no ranking "World's Best Olive Oils".

Dentro de cada categoria, os 6 azeites com maior pontuação obterão os seguintes prémios:

Medalha de Ouro - azeite mais pontuado;

Medalha de Prata - segundo azeite mais pontuado;

Medalha de Bronze - terceiro azeite mais pontuado;

Menções Honrosas - quarto, quinto e sexto azeites mais pontuados.

Os distinguidos nas várias categorias vão receber os prémios no decorrer da Ovibeja, a 27 de Abril de 2019.

9º CONCURSO INTERNACIONAL DE AZEITES VIRGEM EXTRA PRÉMIO CA OVIBEJA

DE 24 A 28 DE ABRIL DE 2019
BEJA PORTUGAL

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS
27 DE ABRIL DE 2019

WWW.OVIBEJA.PT
WWW.CREDITOAGRICOLA.PT

Organizado por:

PATROCINADOR
CA
Crédito Agrícola
EXCLUSIVO

Casa do Azeite
Associação do Azeite de Portugal
Rua Pinheiro Chagas, nº17, 4º Esq.
1050-174 Lisboa | Portugal

Telefone: (+351) 21 384 18 10
Fax: (+351) 21 386 19 70
E-mail: geral@casadoazeite.pt

José do Rosário Oleiro Maltez, actual Vice-Presidente da ACOS, faz parte dos Corpos Sociais desta associação desde 1989, ou seja, desde a segunda Direção. Primeiro como Presidente da Direção, depois como Presidente do Conselho Fiscal e desde 1998 como Vice-Presidente. “O papel da ACOS tem sido fundamental para a agricultura da região” é uma das suas constatações, sendo que reclama ainda que os agricultores devem ter uma maior participação na gestão do regadio de Alqueva. Em conversa com um dos dirigentes há mais tempo na ACOS, falámos também do homem, engenheiro técnico agrário. Que nos falou da enologia como uma das suas paixões.

“Ser agricultor com algum sucesso é acompanhar o progresso da agricultura”

O Eng. Maltez é um dos Diretores históricos da ACOS. Há 32 anos que assume cargos na Direção. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre o seu contributo para o ADN da ACOS.

Em 1986, quando assumi a Direção da ACOS, ainda eram tempos conturbados para a agricultura alentejana, não havia Alqueva e ainda existiam muitas terras ocupadas no âmbito da chamada Reforma Agrária. Nessa altura eu aliava a Direção da ACOS com a administração de duas empresas agrícolas. Mais tarde, quando a ACOS começou a diversificar a sua atividade e a ter mais projeção eu, não podendo estar a tempo inteiro na ACOS, falei com o Castro e Brito (que também integrava a Direção) e optei pela administração das minhas empresas. Fizemos novas eleições e o Presidente da ACOS passou a ser o Manuel de Castro e Brito.

Primeiro esteve como Presidente da Direção, depois passou a Presidente do Conselho Fiscal e a partir de 1992 passou a ser vice-presidente. Tendo acompanhado, desde o início o percurso da ACOS, que contributos seus podemos considerar como fazendo parte do ADN da associação?

O papel da ACOS tem sido fundamental para a agricultura da região, principalmente devido ao seu presidente, Eng. Castro e Brito, que não se intimidava com os políticos e lhes dizia tudo o que era fundamental para a região. Reivindicava tudo o que era importante para o desenvolvimento alentejano. Nunca me esqueço de uma frase que ele disse a um político que “o Alentejo só não avançava mais porque, além de sermos um terço da área do País, éramos só 6% dos votantes”, razão pela qual, às vezes, a nossa região não é politicamente tão atendida como deveria. No entanto, fomos sempre tendo pequenos avanços, designadamente, por parte do Ministério da Agricultura, no desenvolvimento da nossa região.

A ACOS tem conseguido muitas reivindicações do

Ministério da Agricultura, só que a EDIA ainda consegue ter a hegemonia do Alqueva, usurpando muitas coisas que seriam do âmbito das associações de agricultores.

Está a falar, no caso concreto da gestão do regadio?

Estou a falar da gestão do regadio desde o princípio, e que continua no mesmo registo.

Tendo estado na génese da ACOS, há algum patamar que gostaria de ver alcançado pela ACOS?

No que diz respeito ao Alqueva, a ACOS devia ter um papel mais importante porque é uma associação de agricultores – embora não seja associação de regantes – sendo que muitos agricultores alentejanos estão, direta ou indiretamente, ligados a Alqueva. As associações de agricultores defendem, com mais propriedade e consistência, os interesses dos agricultores que representam. Melhor do que a EDIA.

O que é que a ACOS pode fazer para lançar esta discussão e contribuir para a maior participação dos agricultores nesta questão da gestão do regadio de Alqueva?

Esta questão já foi colocada, formalmente, ao Ministério da Agricultura, mas continuamos à espera que o Governo perceba que o papel dos agricultores é importante na gestão do regadio regional. Estamos a trabalhar, designadamente, através da elaboração de estudos, para defender melhor a nossa posição.

Acha que esta questão está relacionada com questões políticas?

Sim, a questão política mais forte foi aquela que o Castro e Brito referia com frequência. O facto de sermos poucos e termos, por isso, pouca capacidade de influência.

Acha que há algum lobbie que está subjacente a este processo da gestão de rega do Alqueva?

Não lhe sei responder. Mas, a verdade é que a EDIA continua com a hegemonia da rega do Alqueva.

E essa situação devia mudar porque devia haver maior participação dos agricultores na gestão da rega? É esse o seu entendimento?

É isso.

O Eng. Maltez acompanhou diferentes fases da agricultura no nosso País e na região. Assistiu ao êxodo do campo para as cidades e está a assistir ao gradual retorno e valorização da agricultura. Qual a sua percepção sobre o lugar da agricultura na atualidade? E no Alentejo?

O êxodo alentejano deve-se especialmente à reforma negativa que o 25 de Abril trouxe à nossa região. No entanto, com as potencialidades do regadio trazidas por Alqueva, com novas mentalidades dos agricultores e dos investidores agrícolas, a agricultura foi potenciada para melhor, com novas formas de exploração no capítulo da cerealicultura, horticultura, pomares, olivais, etc. E até no ramo pecuário foi influenciado positivamente para uma melhoria. No campo da pecuária, a ACOS sempre esteve na vanguarda do desenvolvimento, tanto sanitário como, ultimamente, na comercialização.

O retorno dos agricultores à sua origem tem-se verificado atualmente devido a novas oportunidades económicas e de emprego, e às melhorias feitas nalguns casos pelas empresas e autarquias. As pessoas sentem-se novamente bem no Alentejo.

No capítulo da vinificação, o Alentejo tem dado um salto importante na melhoria dos seus vinhos e a ACOS tem ajudado a essa promoção através da Ovibeja, que sempre tem apoiado todos os ramos da agricultura na divulgação dos seus produtos.

O Eng. Maltez também é agricultor. Como é ser agricultor hoje?

Hoje, ser agricultor com algum sucesso é acompanhar o progresso da agricultura com as novas tecnologias e saber aplicá-las à sua empresa agrícola ou exploração, seja ela grande ou pequena. Sempre com muita dedicação e trabalho. Hoje não se pode viver só do romantismo agrícola de outras eras. É preciso acompanhar os avanços das novas tecnologias. E além de tudo, valorizar os produtos que criamos e saber comercializá-los. Isso é fundamental para o sucesso do empresário agrícola, seja ele grande ou pequeno.

O Eng. Maltez é criador de ovinos de Raça Campaniça, sendo que a ACOS detém o Livro Genealógico da raça. Que argumentos pode usar para defender a exploração da raça no Alentejo?

A raça Campaniça é de fácil maneio e muito bem adaptada à nossa região, muito rústica e resistente à maioria das doenças dos ovinos.



O retorno dos agricultores à sua origem tem-se verificado atualmente devido a novas oportunidades económicas e de emprego, e às melhorias feitas nalguns casos pelas empresas e autarquias. As pessoas sentem-se novamente bem no Alentejo.



De partos fáceis, embora as crias sejam pequenas. O facto das crias serem pequenas cria alguma dificuldade na exportação de borregos desta raça.

Esta dificuldade de que fala relaciona-se com o facto do borrego da raça campaniça entrar no mercado a par com raças mais encorpadas?

Sim. Se compararmos a carcaça de um borrego da raça Campaniça, com um borrego da raça ile-de-france, este é mais encorpado.

Se falarmos em termos de sabor, o borrego da raça campaniça é mais saboroso.

Os ovinos da raça campaniça são conhecidos por características muito específicas, a que se junta, de um modo geral, o pastoreio em extensivo. Há algum tipo de trabalho que possa salientar vantagens comparativas desta raça?

Sim, poderemos ter um papel importante nesse sentido. Não sendo um borrego encorpado, é um borrego saboroso. É isso que estamos a tentar salientar.

Temos estado a falar do responsável associativo. Gostaria que nos falasse um pouco do homem, José Maltez. Julgo saber que teve várias profissões.

Construí campos de golf. Trabalhei 12 anos com um arquiteto americano de campos de golf, Robert Trent-Jones. Este foi considerado dos melhores arquitetos de campos de golf do mundo. Entre os 100 melhores campos de golf do mundo, 30 são da sua autoria, desenhados por ele. Trabalhei com ele na construção dos campos por ele projetados.

Quando jovem fui professor na Escola Prática de Agricultura da Paia, na Pontinha, Lisboa. Mas, confesso que nunca me apaixonei pelo ensino.

Da minha formação académica também sou enólogo. Embora nunca tenha exercido a profissão de enólogo, faço, há umas dezenas de anos, o meu próprio vinho. A enologia e a viticultura são para mim uma paixão. Gosto muito. E gosto de reunir os meus amigos para provarem o vinho que faço. E a reunião à volta do vinho vai acontecendo até este durar. Porque não coloco nenhum aditivo. Por isso, tenho por hábito destilar parte do vinho e fazer alguns derivados, com a participação e ajuda da minha mulher. Fazemos aguardentes e licores. Tudo o que fazemos é para consumo e para oferecer. Não vendo. E tento ensinar aos meus descendentes essas práticas de que gosto.

Gosto de partilhar com os meus amigos os produtos enológicos. De vez em quando fazemos reuniões aqui na minha quinta.

O que lhe dá mais prazer à volta de uma mesa?

Boa companhia com boa comida e um bom copo de vinho. Gosto muito de estar rodeado de amigos. Como tenho uma família grande, gosto muito de estar rodeado de pessoas com quem me sintam bem, de amigos.

Ovibeja 2019

Mitigação e reversão das alterações climáticas junta especialistas nacionais e internacionais

Desertificação, erosão dos solos, alterações climáticas. Estes são alguns conceitos associados a uma realidade que faz parte da ordem do dia. O que é possível fazer para reduzir, ou mesmo reverter, os impactos das alterações climáticas é a pergunta para a qual é preciso procurar respostas.

Em Portugal e, designadamente no sul, o problema da desertificação tem vindo a agravar-se em resultado de uma sucessão de anos secos com precipitações intensas de curta duração, potenciado pela fragilidade dos solos e ecossistemas associados e pelo despovoamento humano.

A ACOS – Associação de Agricultores do Sul, sempre atenta aos desafios da ordem do dia, vai debater, na próxima Ovibeja, que se realiza de 24 a 28 de Abril de 2019, os impactos das alterações climáticas e o papel dos agricultores como guardiões da biodiversidade.

Os agricultores são o grupo profissional que está na linha da frente para a tomada de medidas que permitam continuar a produzir alimentos e a desenvolver e dinamizar o espaço rural de forma sustentável.

Apresentação e análise de estudos, colóquios, seminários, sessões de esclarecimento, exposições, são alguns dos figurinos que vão reunir contributos de agricultores, estudantes, técnicos e especialistas nacionais e internacionais para o esclarecimento e tomada de medidas sobre esta matéria da ordem do dia.

Os agricultores são peças chave na construção da paisagem, com contributos fundamentais para a mitigação e reversão dos impactos causados pelas alterações climáticas. Além da produção de alimentos de origem vegetal e animal, o agricultor é também responsável pela proteção do espaço rural, pela criação de condições que salvaguardem o equilíbrio entre a atividade produtiva e a proteção do meio ambiente.

ACOS integra CCDesert

Tendo em conta a atenção a esta questão e a sua intervenção no território onde intervém, a sul do Tejo, a ACOS foi convidada para membro fundador



Portugal aderiu à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca e/ou Desertificação, designada simplificada por “Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação”, em 1994. Em 1999 Portugal aprovou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e estabeleceu a criação do Observatório Nacional da Desertificação. Este programa foi revisto e atualizado em 2014 e, desde a sua apresentação, considerou-se que a monitorização seria indispensável para o seu desempenho com eficácia, permitindo contribuir para ultrapassar dificuldades e constrangimentos identificados e, além disso, para potenciar oportunidades para ganhar conhecimento e mecanismos de combate, mitigação ou reversão”.



do recém-criado Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação – CCDesert.

O Centro, criado pelo Município de Alcoutim, agrega, através de protocolo assinado em julho, mais 35 instituições, entre universidades, municípios, empresas, organismos públicos e associações de produtores e de desenvolvimento local. Sedeado em Alcoutim, o Centro destina-se a “estudar, procurar soluções e “contribuir para o sucesso” do programa nacional de combate a fenómenos de desertificação”.

A desertificação é, por definição, um processo evolutivo de degradação do solo que deriva, numa primeira linha, de um conjunto de diversos fatores associados a características edafoclimáticas locais e que, em particular, se verifica em zonas áridas e semi-áridas ou sub-húmidas. De acordo com o inscrito no protocolo assinado entre as partes, o processo de desertificação significa uma redução ou perda da produtividade biológica e económica das terras agrícolas, das pastagens naturais e semeadas, das florestas ou das áreas com arvoredo disperso. Contudo, a desertificação não é apenas um fenómeno biofísico e está também associada a formas de ocupação do território que potenciam a erosão do solo, a deterioração das suas propriedades e a destruição da vegetação. Nesse sentido, importa também encontrar formas de eliminar a regressão demográfica e compatibilizar as atividades humanas com as capacidades e usos do solo, mantendo níveis e modos de utilização compatíveis com a conservação e valorização dos recursos naturais e territoriais, em consonância com a crescente variabilidade climática.

De acordo com o protocolo assinado entre as partes para constituição do Centro de Competências, a partilha e articulação de conhecimentos, congregando agentes de investigação, divulgação e transferência de conhecimento, com agentes económicos e organismos da administração pública relevantes, potencia a cooperação e contribui para promover o desenvolvimento e sustentabilidade do combate à desertificação pela via do reforço da investigação, da promoção da inovação e da transferência e divulgação do conhecimento.

Maria José Roxo

“Quando morre o solo, nascem as pedras”



Maria José Roxo

Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Com um trabalho continuado, de investigação, ao longo de várias décadas, no Centro Experimental de Erosão dos Solos de Vale Formoso (Mértola), a Professora Catedrática Maria José Roxo, integra o Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Esta entidade é membro fundador do Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação. Em entrevista à revista “Ovelha” a investigadora apresenta alguns dados de grande relevância sobre erosão dos solos em áreas agrícolas e sobre desertificação.

O Centro Experimental de Erosão dos Solos de Vale Formoso, a funcionar desde finais da década de 50, é considerado centro de referência a nível europeu pelo relevante conjunto de dados que tem vindo a conseguir. Com base nesses dados, e tendo em conta a sua experiência, que conhecimento temos hoje sobre erosão dos solos em áreas agrícolas? e sobre desertificação?

O Centro Experimental de Erosão de Solos de Vale Formoso foi estabelecido pelo Eng. Ernesto D’Araújo em 1960, na Herdade de Vale Formoso (concelho de Mértola). Tornou-se num centro de referência a nível europeu, essencialmente, pelas seguintes razões: (i) qualidade e quantidade de informação recolhida. Importa mencionar que o Centro tem 18 parcelas experimentais, cada uma com uma área equivalente a 1/60 hectare e sem interrupção de dados; (ii) experimentação de diferentes rotações de culturas e de práticas agrícolas, sendo a cultura testemunho, o trigo; (iii) utilização do estudo dos processos de erosão hídrica dos solos, para compreensão do fenómeno da desertificação; (iv) reconhecimento dos cientistas de maior referência a nível europeu ao quererem visitar o Centro, tendo deixado os seus testemunhos no Livro de Visitas.

Com base na informação recolhida, foram feitos diversos e importantes trabalhos científicos (teses e artigos) mas, ao mesmo tempo, esta informação permitiu a elaboração de e-books que estão disponíveis na Internet, sobre práticas de conservação do solo e da água (http://echanges.fc.ul.pt/projetos/adaptforchange/docs/EBOOK_solos.pdf).

Outro aspeto relevante é a comunicação dos resultados

obtidos pela experimentação em inúmeras reuniões, para diferentes públicos, com particular destaque para os agricultores e jovens.

Considero que hoje há um conhecimento fundamentado sobre os processos erosivos por ação da água da chuva e, igualmente, sobre as práticas e técnicas agrícolas que podem ser adoptadas para minimizar o seu efeito. Exemplo concreto é saber-se que num mesmo evento de chuva, uma parcela cultivada de trigo pode perder 10 vezes mais solo do que uma parcela com vegetação natural (mato). Importa agora dedicar mais tempo na análise dos processos e práticas que possam favorecer a formação e o armazenamento de água no solo. É importante relembrar o papel do solo no sequestro de carbono, pelo que devem ser experimentalmente estudadas práticas que conduzam a este fim. Quanto à desertificação, por ser um processo complexo, e com muitas facetas em função da região afetada, continua-se a trabalhar em sistemas de indicadores que possibilitem um diagnóstico rigoroso, de maneira a ser possível identificar medidas de remediação que possibilitem a recuperação de áreas degradadas. Uma vez que se sabe que a erosão hídrica dos solos desempenha um papel crucial no fenómeno da desertificação, o Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso desempenhou a partir da década de 90 do século XX, um papel de destaque no estudo da desertificação no Mediterrâneo (a NOVA-FCSH participou nos projetos europeus mais relevantes), sendo conhecido internacionalmente.

Como se pode definir “desertificação”? Que estádio, ou estádios de desertificação podem ser considerados atualmente para o Alentejo?

Existem muitas formas de definir desertificação. Acontece com frequência, quando se trabalha com conceitos. Contudo, para que seja possível um entendimento de base entre todos, é frequente utilizar-se a definição das Nações Unidas que refere que “... Desertificação corresponde à degradação da terra, nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas...” (1994). Assim, é crucial ter em conta, são todos os processos que conduzem à degradação do solo e à destruição dos ecossistemas. Neste sentido, pode dizer-se que existem

vários “estádios” de degradação, que se revelam em diferentes níveis de produção e de biodiversidade dos ecossistemas. Quando se está perante uma fase muito avançada de degradação em que o solo praticamente não existe e, a biodiversidade é pobre, pode-se dizer que se está perante o fenómeno de desertificação. Uma boa imagem é dada por uma frase de um colega: “quando morre o solo, nascem as pedras”.

Com base na monitorização que tem vindo a ser feita de forma contínua, e no seu conhecimento científico, que técnicas e práticas de conservação dos solos podem ou devem ser tidas em conta nas zonas mais sujeitas a erosão dos solos?

Gostava de começar por dizer que as soluções devem ser sempre equacionadas em função das características geográficas físicas (relevo, clima, geologia, solo, coberto vegetal, entre outros elementos), de cada região, concelho ou à escala da herdade. Contudo, há uma verdade incontestável e que resulta de todo o trabalho experimental realizado: o tipo de coberto vegetal em função da proteção que proporciona ao solo e o mínimo de mobilização, são dois elementos chave.

Existem muitas técnicas e práticas de proteção do solo, como o lavrar em curvas de nível, sementeira direta, rotação de culturas, sideração, utilização de pastagens biodiversas, encabeçamentos racionais, multifuncionalidade na gestão das herdades, entre outros. Diria que nas áreas mais sujeitas à erosão se devia incentivar a mobilização mínima do solo e o aproveitamento de recursos naturais, como os matos, através da utilização de espécies aromáticas para produção de mel e de outros produtos, exploração do montado com cargas e espécies de gado adequadas. No entanto, as soluções passam por diagnósticos concretos de suscetibilidade dos locais para uma melhor identificação das medidas de recuperação, que devem ter interesse ambiental e económico.

Numa altura em que se procuram respostas que integrem a adaptação às alterações climáticas, competitividade e sustentabilidade ambiental, que contributos podem ser dados pelo Centro Experimental de Vale Formoso, tendo em conta a investigação e pesquisa cimentada ao longo de várias décadas?

Perante a realidade das mudanças climáticas, o Centro Experimental de Vale Formoso pode e deve contribuir para a criação de medidas e práticas de adaptação à irregularidade climática, bem como promover a identificação de culturas e práticas agrícolas que, perante um novo cenário climático permitam a conversação do solo e da água. É importante pensar na alteração dos calendários agrícolas em função das mudanças no regime de ocorrência das chuvas ou mesmo da duração das estações do ano. Outro objetivo será a experimentação de novas culturas ou rotações de culturas já



Considero que hoje há um conhecimento fundamentado sobre os processos erosivos por ação da água da chuva e, igualmente, sobre as práticas e técnicas agrícolas que podem ser adoptadas para minimizar o seu efeito.

Exemplo concreto é saber-se que num mesmo evento de chuva, uma parcela cultivada de trigo pode perder 10 vezes mais solo do que uma parcela com vegetação natural (mato).

existentes, de forma a que proporcionem uma melhor proteção ao solo, nas fases mais críticas da atuação dos processos erosivos: solo a nu ou fraco coberto vegetal e chuvas intensas. Uma vez que a Herdade de Vale Formoso – Estação Experimental do Baixo Alentejo – Direção Regional de Agricultura do Alentejo tem um historial relevante na conservação da raça ovina Campaniça e na gestão e melhoramento de pastagens, pretende-se continuar a desenvolver estudos sobre o impacto da criação de gado ovino na conservação do solo e da água.

Assim, creio que o Centro deve desempenhar duas funções cruciais: a investigação e a comunicação de ciência. Neste sentido, a existência de uma extensa base de dados climáticos permite caracterizar e prever as tendências do clima futuro, criando uma cultura de precaução, em relação a fenómenos climáticos extremos, como são as secas ou as cheias e inundações. A partilha desta informação como os agricultores e sociedade em geral seria, sem dúvida, uma mais-valia para todos. Tal facto prende-se com comunicação de ciência. Toda a experimentação de base científica só faz sentido se os resultados forem divulgados e o conhecimento posto em prática. Em breve o Centro vai ter um website e a informação estará disponível para a sociedade.

O Município de Alcoutim já assinou um protocolo de criação do Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação, que pretende agregar contributos inter e multidisciplinares sobre o fenómeno da desertificação. Que expectativas tem sobre este novo Centro?

As expectativas são as melhores possíveis, para já. Quero acreditar que vai ser um espaço de troca de ideias e experiências e, sobretudo, um espaço de partilha de conhecimento. É fundamental conhecer casos de sucesso na luta contra a desertificação, de forma a serem replicados e entendidos. Importa trabalhar com quem tem experiência, conhecimento e interesse nesta temática.

Que novas abordagens gostaria de ver consagradas neste novo instrumento de trabalho que pretende, à partida, alargar o âmbito de partilha de trabalho e de conhecimento a nível nacional, e também internacional?

Trabalhar casos de sucesso de gestão agrícola ou de utilização dos recursos naturais seria uma forma diferente de abordar esta temática, mas agora num tom positivo. É forçoso ter “boas notícias”, é crucial perceber que se pode facilmente mudar o ambiente com pequenas ações. Há, a nível nacional e internacional, casos em que houve uma concreta recuperação de áreas já muito degradadas. Estas situações devem ser analisadas e divulgadas. Seria muito importante analisar estes modelos e ajudar na regeneração dos ecossistemas.

Cooperativa Agrícola de Mértola

A Ovinicultura no concelho de Mértola e as heranças do Projeto Agro-Pecuário



Ana Cristina M. M. Vitor
FM Veterinária,
Universidade Lisboa



Rui Manuel V. H. Caldeira
FM Veterinária,
Universidade Lisboa



Miguel Lança Madeira
ACOS
- Agricultores do Sul

O cenário agropecuário antes da adesão à Comunidade Europeia

Antes da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), a agricultura portuguesa refletia uma fraca adaptabilidade à mudança e apresentava uma baixa capacidade competitiva (Soares, 1994). O concelho de Mértola encontrava-se desprovido de apoios técnicos e económicos à atividade agrícola, agravando as consequências derivadas das condições pré-existentes: solos delgados e pouco produtivos, crescentemente degradados pela intensificação das culturas cerealíferas (Esteves, 2013). A atividade pecuária era baseada, sobretudo, em explorações de pequenos ruminantes, maioritariamente ovinos de raça autóctone - Campaniça e seus cruzamentos, explorados num sistema tradicional, com o aproveitamento das pastagens dos pousios e dos restolhos dos cereais, e possuindo um encabeçamento médio de 0,5 ovelhas por ha (Esteves, 2013).

O surgimento, os princípios e os objetivos do PAPCAM

A 25 de março de 1988, com a publicação da Portaria nº 194/88, no âmbito do Regulamento (CEE) nº 828/85, foram dados a conhecer os termos da aplicação do Projeto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola (PAPCAM) (Cooperativa Agrícola de Mértola, 1986) que, entre outros, visava o adequado aproveitamento dos recursos naturais através de uma melhor orientação da produção ovina, modernização e reconversão das explorações agrícolas através do aumento da produção de culturas forrageiras e do encabeçamento dos efetivos pecuários, e também a valorização dos seus produtos (Esteves, 2013).

O processo de intensificação produtiva passaria pelo estabelecimento de sistemas rotacionais de culturas de um cereal secundário - forragem - tremocilha

(pastagem) - tremocilha (feno ou pastagem), e implantação de pastagens temporárias de sequeiro à base de trevo subterrâneo (Esteves, 2013).

Os principais objetivos do PAPCAM seriam a elevação dos rendimentos dos agricultores, através da reconversão cultural da cerealicultura para os prados de sequeiro e o fomento da ovinicultura de carne ou leite. Neste sentido apontavam-se como objetivo geral a intensificação da produção ovina, traduzida por aumento dos encabeçamentos para 2,5 ovelhas por ha. Acresciam objetivos como o aumento da produtividade (nº de borregos desmamados/ nº de ovelhas no rebanho), pelo efeito da melhoria alimentar, através do recurso a forragens conservadas; a produção de carne e leite com utilização de raças autóctones e machos melhoradores da produção de carne; o melhoramento da sanidade dos efetivos, com o intuito de melhoria dos indicadores produtivos; a implantação de infraestruturas facilitadoras do manejo dos efetivos animais e das culturas, e a intervenção coletiva na valorização (transformação e comercialização) de produtos (Esteves, 2013).

O manejo sanitário dos efetivos passaria pela execução de um programa higio-sanitário proposto pelo ADS de Mértola, responsável pelo controlo sanitário periódico e permanente das explorações pecuárias dos associados (Soares, 1994).

Em termos do aconselhamento acerca do manejo reprodutivo a praticar nos rebanhos, propunha-se que as cobrições e, consequentemente, as parições fossem concentradas no sentido de contribuir, sobretudo, para uma maior racionalização da mão de obra. A cobrição das ovelhas deveria ser programada de modo a que a venda dos borregos (produto principal) coincidisse com a época de maior valorização comercial dos mesmos e de acordo com a disponibilidade de recursos alimentares na exploração (Soares, 1994).

Conclusões do Projeto

O último documento, até à data, publicado relativamente ao desfecho do PAPCAM diz respeito ao



(À esquerda) Gaiolas para instalação de trevo subterrâneo (ano de instalação 1990/1991). Fotografia de Eng.º Manuel Soares, 1994. (À direita); Pastagem de trevo subterrâneo instalada ao abrigo do PAPCAM (1991).

FOTO ENG.º MANUEL SOARES, 1994.

Relatório Anual de 1994. Até àquele ano, o número total de agricultores beneficiados pelo PAPCAM era de 143 e a área abrangida de 2.653.155 ha (Estação Experimental do Baixo Alentejo, 1994). O aumento das áreas destinadas à implantação de pastagens e à produção de forragens permitiu reconverter as explorações cerealíferas em explorações pecuárias ovinas e, em muitas delas, foi fomentada a melhoria da qualidade do borrego para venda, aumentando a competitividade com os mercados internacionais e permitindo contornar os circuitos comerciais dominados pelos intermediários (Gabinete Técnico do PAPCAM, 1991).

Contudo, existiram alguns fatores que contribuíram negativamente para o sucesso do projeto (Esteves, 2013). A insensibilidade de alguns agricultores e dos serviços oficiais em relação à necessidade de fertilização de manutenção dos prados e a tentação dos cereais, a partir de 1998, constituíram dois fatores limitantes ao sucesso do PAPCAM, ficando, deste, especialmente as infraestruturas (ovis e cercas) (Madeira, 2013). Todavia, foram apontados muitos aspetos positivos deixados pelo projeto, tal como: o aumento do encabeçamento médio dos efetivos de pequenos ruminantes para 2,5 ovelhas/ha, atingindo-se, em alguns casos, 3 ovelhas/ha; o aumento da produtividade ovina (Soares, 1994), graças à maior utilização de forragens conservadas (Esteves, 2013),

definindo-se um objetivo mínimo de 85% (Soares, 1994); o aumento da produção unitária de leite (Casimiro, 1993); e o aumento do número de ovinos no concelho de Mértola (Esteves, 2013). A par da melhoria do manejo do efetivo em termos alimentares, reprodutivos e sanitários, foi possível melhorar a qualidade da produção, nomeadamente, a conformação das carcaças e o ritmo de crescimento dos borregos, através do cruzamento das raças autóctones (Campaniça, Merino Branco e fêmeas resultantes do cruzamento destas raças) com machos de raças precoces, como o Île de France, o Merino Alemão ou o Merino Precoce (Soares, 1994).

Caracterização dos sistemas de produção ovina atuais

Nos sistemas de produção ovina atuais no concelho de Mértola, verificam-se numerosas melhorias das práticas de manejo tradicionalmente implementadas, cumprindo-se, ainda hoje, alguns dos principais objetivos traçados pelo PAPCAM.

- A maior utilização de suplementação alimentar e a tendência crescente para o aumento da produção de culturas forrageiras e do melhoramento e sementeira de pastagens para alimentação animal, permitem manter alguma independência do for-



(À esquerda) Instalação de cercas de manejo numa exploração aderente ao PAPCAM (À direita) Borregos e ovelhas no ovil

FOTOS: COOPERATIVA AGRÍCOLA DO GUADIANA.

Controlo sanitário de efetivo ovino efetuado pelo ADS de Mértola.

FOTOS: COOPERATIVA AGRÍCOLA DO GUADIANA (À ESQUERDA) E FOTOGRAFIA ENG.º MANUEL SOARES (À DIREITA).



necimento de alimentos a partir do exterior e, através dos alimentos conservados, fazer face à irregularidade climática da região (Miranda Vítor, 2018).

- Nas explorações ovinas para produção de carne, a área ocupada com culturas vegetais destinadas à alimentação animal é de cerca de 260 ha, variando entre os 30 e 500 ha, o que corresponde a uma média de ocupação de 50% da área total. Todas as explorações possuem unicamente pastagens de sequeiro, embora 64% recorra já à sua sementeira, o que revela uma preocupação generalizada na melhoria quantitativa e qualitativa das pastagens (Miranda Vítor, 2018).

- Em relação ao objetivo de aumento dos encabeçamentos, proposto pelo PAPCAM, é possível verificar que num terço das explorações de leite é atingido o objetivo mínimo de 2,5 ovelhas/ha. O encabeçamento médio nas explorações de carne com efetivos > 500 ovinos adultos ronda as 0,24 CN/ha (Miranda Vítor, 2018), encontrando-se ainda abaixo do encabeçamento médio da região do Alentejo (0,43 CN/ha) (INE, 2017d).

- É notória uma maior intensificação do setor do leite, no que diz respeito à vulgarização da ordenha mecânica, à utilização de métodos precoces de diagnóstico de gestação e à utilização primordial de raças exóticas de elevada produção leiteira, como a

Lacaune (Miranda Vítor, 2018).

- Os animais explorados para a obtenção de carne são sobretudo resultado do cruzamento das raças Campaniça e Merino Branco, com uma predominância variável de cada uma das raças e com diversos graus de mestiçamento por introdução de genéticas melhoradoras como a Merino Precoces e a Ile de France. Uma elevada percentagem das explorações de carne que utiliza desmames precoces (na maioria entre as 6 semanas e os 2 meses de vida) e, cada vez mais, há lugar à venda dos borregos para engordas intensivas, o que demonstra preocupação em responder às exigências do mercado, especialmente no que diz respeito à homogeneização da oferta (Miranda Vítor, 2018).

- Em relação à duração das épocas de cobrição e parição, o PAPCAM preconizava o seu encurtamento, o que, na maioria das explorações, ainda não é uma prática bem implementada. Contudo, há uma tendência crescente para a adoção de ritmos reprodutivos com ciclos mais curtos (3 partos/2 anos) que, aliados à realização de desmames mais precoces, permitem a rápida reintrodução das ovelhas no rebanho e a possibilidade de ficarem de novo gestantes, revelando-se a existência de uma tentativa de intensificação do manejo reprodutivo (Miranda Vítor, 2018).

- Os programas sanitários abrangem hoje a

FOTOS: MIRANDA VÍTOR





Distribuição de alimento conservado: mistura de alimento composto complementar e grão de cereal (à esquerda) e feno (à direita)

FOTOS: MIRANDA VÍTOR

totalidade dos efetivos, onde estão completamente vulgarizadas práticas de vacinação e desparasitação, quer em animais adultos, quer em animais jovens (Miranda Vítor, 2018).

Pode concluir-se que os sistemas de produção ovina de carne e leite em Mértola apresentam uma evolução positiva no sentido da maior intensificação, quando comparados com os sistemas de produção tradicionais anteriormente praticados. A consciencialização geral de que é necessário reduzir ao mínimo o tempo improdutivo das ovelhas e adotar uma maior especialização da produção, passando por aumentar quantitativamente e qualitativamente a oferta de carne e de leite, parece estar a generalizar-se no contexto das explorações com um maior desenvolvimento técnico (Miranda Vítor, 2018).

O facto de o concelho de Mértola apresentar limitações edafoclimáticas à maior produtividade das culturas agrícolas, poderá, a longo prazo, privilegiar o desenvolvimento do setor da produção animal. Os ovinos continuam a representar, em termos pecuários, uma alternativa importante de aproveitamento dos recursos da região e a crescente procura e valorização de géneros alimentícios de origem animal deverá estimular a intensificação do setor da ovinicultura (Miranda Vítor, 2018).

A boa resposta do setor da produção ovina do concelho ao estímulo da implementação de um pro-

jeto de melhoramento da ovinicultura (PAPCAM) permitiu alterar, de maneira positiva, o panorama produtivo da região. A união dos produtores e o seu espírito associativo foram responsáveis por um forte desenvolvimento de vários aspetos dos sistemas produtivos, ainda hoje constatáveis, principalmente no que toca ao manejo alimentar, sanitário, e à utilização de infraestruturas. Assim foram contornados, em parte, alguns fatores que, após os primeiros anos de implementação, haviam retirado força ao programa, como o aparecimento de outros projetos, entre os quais, os relacionados com o setor da caça que, para além de apresentarem financiamentos mais diretos, pressupunham também uma menor necessidade de mão-de-obra humana. As oscilações nos preços de venda dos borregos foram também desencorajando alguns produtores a dar continuidade à produção ovina, iniciando-se uma “bovinização” do setor da produção animal. Mas, ainda mais importante terá sido a diminuição significativa do apoio técnico prestado aos produtores com o fim do projeto. A orientação, a formação e a divulgação de resultados, assim como a sua discussão e otimização, pilares para o sucesso de qualquer projeto, assumem especial importância quando aplicados ao setor agropecuário, dado que este é caracterizado por uma enorme variabilidade entre regiões e na formação dos seus agentes. A informação e o aconselhamento técnicos que eram



(À esquerda) Ovinos da raça Lacaune em ordenha mecânica; (À direita) Saneamento de efetivo ovino

FOTOS: MIRANDA VÍTOR



disponibilizados, de forma regular, aos produtores, representavam o grande fator de uniformidade, e as verdadeira bases e fatores diferenciadores no sucesso do PAPCAM. Assim, a sua descontinuidade originou novamente um período de fragilidade no setor da ovinicultura (Miranda Vítor, 2018).

Dadas todas estas condicionantes geradas pelo término da execução do projeto, será importante, mais uma vez, valorizar as, já anteriormente referidas, boas práticas de manejo ainda hoje mantidas pelos produtores. Para além de todos os benefícios contabilizáveis em termos concretos, ficaram, para o concelho de Mértola, inúmeros aspetos que vieram a beneficiar o nível de vida dos seus habitantes. Aspeto aparentemente simples, como alterações no manejo geral dos animais, através da colocação de cercas, tiveram um impacto importante na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, uma vez que estes começaram a usufruir de mais tempo para dedicar aos seus familiares e à sua saúde, aspetos anteriormente negligenciados devido às exigências de mão-de-obra e tempo para o manejo e condução dos animais. O aumento da presença de técnicos, como vulgarizadores do programa, veterinários do ADS, etc., também contribuíram para um aumento da dinâmica comercial do concelho, tendo-se verificado um estímulo positivo, resultante de uma maior frequência de visitas ao território. Todos estes pequenos aspetos trouxeram importantes contribuições, não só para a economia, como também para o bem-estar humano na região (Miranda Vítor, 2018).



Para além de todos os benefícios contabilizáveis em termos concretos, ficaram, para o concelho de Mértola, inúmeros aspetos que vieram a beneficiar o nível de vida dos seus habitantes. Aspeto aparentemente simples, como alterações no manejo geral dos animais, através da colocação de cercas, tiveram um impacto importante na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, uma vez que estes começaram a usufruir de mais tempo para dedicar aos seus familiares e à sua saúde, aspetos anteriormente negligenciados devido às exigências de mão-de-obra e tempo para o manejo e condução dos animais.



BIBLIOGRAFIA

- Casimiro, P. J. C. C. (1993). Concelho de Mértola. Geobiografia das mudanças de uso do solo. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Cooperativa Agrícola de Mértola. (1986). Projeto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola.
- Estação Experimental do Baixo Alentejo. (1994). Relatório anual do PAPCAM.
- Esteves, L. R. P. (2013). A Importância das Pastagens na Conservação de Solos - o Caso de Mértola. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Gabinete Técnico do PAPCAM. (1991). Documento de Síntese: "Projeto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola - PAPCAM". Trabalho apresentado na reunião de outono da sociedade portuguesa de pastagens e forragens, realizada no concelho de Mértola
- INE. (2017b). Produção de queijo (t) por tipo de queijo - Anual: 2012-2016. Acedido em Dez. 9, 2018, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000920&contexto=bd&selTab=tab2.
- Madeira, J. P. L. (2013). Promoção da Biodiversidade em Pastagens Extensivas. In Boas Práticas Agrícolas para a Biodiversidade. Santarém.
- Miranda Vítor, A.C.M. (2018). Sistemas de produção ovina de carne e de leite no Baixo Alentejo - caracterização do concelho de Mértola. Dissertação para a obtenção de grau de mestre em Medicina Veterinária. Lisboa: Universidade de Lisboa: Faculdade de Medicina Veterinária.
- Soares, M. A. M. D. C. (1994). Impacto técnico-económico de investimentos efectuados sobre uma exploração agrícola ao abrigo do Projeto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola. Relatório de Trabalho de fim de curso. Beja: Instituto Politécnico de Beja: Escola Superior Agrária.

(Em cima) O Guadiana, em Mértola; (Em baixo) Efetivo ovino de carne em sistema de produção semi-intensivo

FOTOS: MIRANDA VÍTOR



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

OFERTA FORMATIVA CO-FINANCIADA 2018-2021

CURSOS EFA – DUPLA CERTIFICAÇÃO

- Curso de Técnico/a Vitivinícola 2045H
- Curso de Técnico/a de Técnico de Produção Agropecuária 2045H
- Curso de Técnico/a de Recursos Ambientais e Florestais 2170H

Horário: Laboral

Conferem:

- Habilitação escolar (12º ano)
- Carta de Tratorista
- Cartão de Aplicador de Produtos Fitofarmacêuticos

Apoios à formação:

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação
- Seguro de Acidentes Pessoais
- Deslocações e acolhimento (se aplicável)

Condições de acesso:

- Idade igual ou superior a 23 anos
- Igual ou superior ao 9º ano de escolaridade

Locais da Formação: Beja e Évora.

A formação pode ser realizada em outros concelhos ou freguesias dependendo do número de formandos e articulação com entidades parceiras.

Contactos | Rua Cidade S. Paule – Apart. 295 – 7601-904 Beja | **Telf.** 284310390 | **Telm.** 938059547 | **Email** formacao@acos.pt | **Site** www.acos.pt

FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2018

OFERTA FORMATIVA (CO-FINANCIADA)

- Jovem Agricultor (Formação Base) - Agricultura Sustentável 50H
- Jovem Agricultor – Formação Complementar 150H
- Modo de Produção Integrado 50H
- Cultura da Amendoeira 50H
- Cultura do Olival 50H
- Técnicas de Regadio 25H
- Manutenção de Equipamento de Rega 25H
- Instalação e Regulação de Sistemas de Rega 25H
- Processos e Métodos de Rega e de Drenagem 25H
- Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos 50H
- Tosquia de Ovinos 50H
- Protecção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Longa Duração 25H
- Mecanização Básica e Condução de Veículos Agrícolas 250H
- Conduzir e Operar o Trator em Segurança (Operadores) 50H
- Conduzir e Operar o Trator em Segurança (Técnicos) 35H
- Turismo em Espaço Rural 25H
- Prevenção de Incêndios Florestais 50H
- Técnicas de Socorrismo (Princípios Básicos) 25H

Locais da Formação: Beja e Évora.

A formação pode ser realizada em outros concelhos ou freguesias dependendo do número de formandos e articulação com entidades parceiras.

Contactos | Rua Cidade S. Paulo – Apart. 296 – 7801-904 Beja | **Telf.** 284310350 | **Telm.** 938059547 | **Email** formacao@acos.pt | **Site** www.acos.pt

TUDO O ALENTEJO DESTE MUNDO



24 A 28 DE ABRIL DE 2019

